

Maria Caroline de O. Silva

# Casa Abrigo

Acolhimento e suporte  
às mulheres vítimas de  
violência em Porto Nacional

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA

**CASA ABRIGO: ACOLHIMENTO E SUPORTE ÀS MULHERS VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA EM PORTO NACIONAL -TO**

PALMAS – TO  
2019

MARIA CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA

**CASA ABRIGO: ACOLHIMENTO E SUPORTE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA EM PORTO NACIONAL -TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Palmas, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof.: Arq. Dr. José Marcelo Martins Medeiros

PALMAS – TO  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

A162c Silva, Maria Caroline de Oliveira.

Casa Abrigo : Acolhimento e Suporte as Mulheres Vítimas de Violência em Porto Nacional -. / Maria Caroline Silva Abreu. – Palmas, TO, 2019.109 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas - Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Orientador: José Marcelo Martins Medeiros

1. Violência contra a mulher. 2. Centro histórico. 3. Patrimônio histórico. 4. Porto Nacional. I. Título

**CDD 720**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



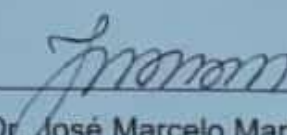
MARIA CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA

**CASA ABRIGO: ACOLHIMENTO E SUPORTE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA EM PORTO NACIONAL -TO**

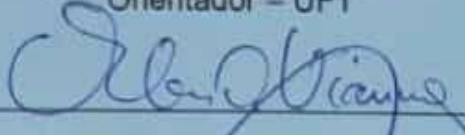
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Palmas, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela banca Examinadora.

Data de Aprovação 03/12/2019

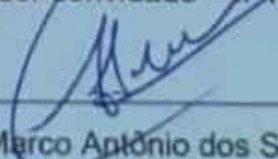
Banca examinadora:



Prof. Dr. José Marcelo Martins Medeiros  
Orientador - UFT



Prof. Dra. Elen Oliveira Vianna  
Professor convidado - IFTO



Prof. Dr. Marco Antônio dos Santos  
Professor convidado - UFT

Dedico este trabalho aos meus pais, por serem os essenciais em minha vida, presente em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, o autor da minha vida, por cuidar, sustentar, e me acolher em momentos de angústia.

A meu pai Edilson, por ser meu porto seguro, por sempre me querer ver bem, pelo investimento e a confiança.

A minha querida mãe, pelo amor indescritível que todos os dias demonstra a mim, pelo suporte, o carinho, os conselhos e a compressão. Maria Cleide, tu és o meu melhor exemplo de mulher.

Ao meu amado marido, por ser meu alicerce em minhas alegrias, dores e inquietações. Por me ajudar a ser uma pessoa melhor a cada dia, pelo companheirismo e os conselhos. Fernando meu amor, eu sou feliz por tê-lo em minha vida.

Aos meus irmãos, Elque, Everson e Kaline, pela amizade, o amor e as alegrias que me proporcionam. Em especial a minha querida irmã Elque por me escolher para participar desse sonho que é ser Arquiteta e Urbanista. Eu te amo muito minha irmã, essa conquista é nossa.

As minhas cunhadas e sogra, Sara, Soraya, Solange, Stephany, Somayra e Francisca Abreu, pela certeza de que posso sempre contar com todas e pelas brincadeiras que alegam os meus dias. Vocês fazem parte da lista de grandes mulheres da minha vida. As minhas grandes amigas, Dayane, Katielly, Andreza, e Lule, obrigada pela amizade verdadeira e pela certeza que posso compartilhar todas as minhas questões.

Eu amo intensamente todos vocês.

## RESUMO

SILVA, Maria Caroline de Oliveira. **Casa Abrigo: Acolhimento e Suporte às Mulheres Vítimas de Violência em Porto Nacional - TO.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas - TO, 2019.

Por motivo de várias mobilizações de grupos de mulheres que lutam para combater a violência contra a mulher, sendo ela doméstica, familiar, violência sexual, feminicídio, violência de gênero, entre outras, o assunto está ganhando visibilidade, mas ainda assim precisa-se de mais lugares que acolham estas mulheres. Por razão disso, o objetivo deste trabalho é elaborar uma proposta de anteprojeto arquitetônico para abrigar mulheres vítimas de qualquer tipo de violência no centro histórico de Porto Nacional, intitulada como Casa Abrigo. Para isso, foi feito um levantamento teórico a respeito do tema violência contra a mulher, patrimônio histórico e centro histórico, por se tratar de um anteprojeto onde a proposta é de revitalizar uma casa tombada de Porto Nacional. A proposta arquitetônica tenciona elaborar uma casa que forneça um serviço de qualidade a mulheres em situação de vulnerabilidade.

**Palavras-chave: violência contra a mulher, centro histórico, patrimônio histórico, Porto Nacional.**

## **ABSTRACT**

SILVA, Maria Caroline de Oliveira. **House Shelter: Welcoming and Supporting Women Victims of Violence in Porto Nacional - TO**. 2019. Course Conclusion Paper (Undergraduate in Architecture and Urbanism) - Federal University of Tocantins - UFT, Palmas - TO, 2019.

Due to various mobilizations of women's groups fighting to combat violence against women, including domestic, family, sexual violence, femicide, gender violence, among others, the issue is gaining visibility, but still needs to be addressed. more places that welcome these women. For this reason, the objective of this work is to elaborate a proposal of architectural project to shelter women victims of any type of violence in the historical center of Porto Nacional, entitled as Casa Zoe. For this, it was made a theoretical survey about the theme violence against women, historical patrimony and historical center, because it is a preliminary project where the proposal is to revitalize a tumbled house of National port. The architectural proposal intends to design a house that provides quality service to vulnerable women.

**Keywords: violence against women, historical center, historical heritage, Porto Nacional.**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Violência contra a mulher.....	19
Figura 2 - Centro Histórico de Porto Nacional/TO .....	20
Figura 3 -Carta de Mário de Andrade encaminhando a proposta de criação do SPHAN, 1936. Rio de Janeiro (RJ). .....	25
Figura 4 - Capa do Decreto-Lei n. 25, que funda o Sphan.....	26
Figura 5 - Primeira edição da revista no ano de 1937.....	27
Figura 6 - Ouro Preto, 16 de novembro de 1964.....	28
Figura 7 - Localização de Ouro Preto (MG) .....	29
Figura 8 - Imagem Satélite Centro Histórico de Ouro Preto (MG). .....	30
Figura 9 - Grande Hotel de Ouro Preto, Por Sergio Jatobá, 2015.....	31
Figura 10 - Centro Histórico de Ouro Preto (MG). .....	32
Figura 11 - Localização de Salvador (BA). .....	33
Figura 12 - Imagem Satélite Centro Histórico de Salvador (BA). .....	33
Figura 13 - Pelourinho, Salvador (BA), por Ricardo Bevilaqua, 2009.....	34
Figura 14 -Largo do Pelourinho, Salvador (BA), por Dan, 2008. ....	35
Figura 15 - Casa do Benin, Salvador (BA), por Fábio Marconi.....	36
Figura 16 - Casa do Olodum, Salvador (BA), por Gabriela Nunes, 2017. ....	37
Figura 17 - Pelourinho, Salvador (BA).....	38
Figura 18 - Centro Histórico de Paraty (RJ). .....	40
Figura 19 - Centro Histórico de Petrópolis (RJ). .....	42
Figura 20 -Pátio Sul, fachada 01. ....	53
Figura 21 - Pátio Sul, perspectiva 01. ....	54
Figura 22 -Pátio Sul, perspectiva 02. ....	54
Figura 23 - Pátio Sul, perspectiva 03. ....	55
Figura 24 -Pátio Sul, perspectiva 04 e 05. ....	56
Figura 25 -Pátio Sul, perspectiva 06. ....	57
Figura 26 -Casa Brasonada, Fachada. ....	58
Figura 27 - Casa Brasonada, Perspectiva 01.....	58
Figura 28 - Casa Brasonada, Perspectiva 02.....	59
Figura 29 - Casa Brasonada, Planta Baixa. ....	59
Figura 30 - Museu de Sant’Ana, fachada. ....	61

Figura 31 - Museu de Sant'Ana, perspectiva 01.....	61
Figura 32 - Museu de Sant'Ana, perspectiva 02.....	62
Figura 33 - Museu de Sant'Ana, perspectiva 03.....	63
Figura 34 - Cinema da Praça, fachada.....	64
Figura 35 - Cinema da Praça, perspectiva 01. ....	64
Figura 36 - Cinema da Praça, Perspectiva 02.....	65
Figura 37 - Cinema da Praça, Perspectiva 03.....	65
Figura 38 - Museu do Pão, fachada 01. ....	66
Figura 39 - Museu do Pão, Perspectiva 01. ....	67
Figura 40 -Museu do Pão, Perspectiva 02. ....	68
Figura 41- Museu do Pão, Perspectiva 02. ....	68
Figura 42 - Moradias de Infantis, perspectiva 01.....	69
Figura 43 - Moradias de Infantis, perspectiva 02.....	70
Figura 44 - Moradias de Infantis, perspectiva 03.....	70
Figura 45 - Moradias de Infantis, perspectiva 04.....	71
Figura 46 - Casa da Mulher Brasileira, foto aérea.....	72
.Figura 47 - Localização da Casa da Mulher Brasileira em São Luís. ....	73
Figura 48 - Casa da Mulher Brasileira.....	73
Figura 49 - Planta Baixa da Casa da Mulher Brasileira.....	74
Figura 50 - Percurso de Acolhimento. ....	77
Figura 51 - Área do terreno. ....	78
Figura 52 - Programa de Necessidades.....	79
Figura 53 - primeiro quarto do séc. XIX.....	80
Figura 54 - segundo e terceiro quarto do séc. XIX. ....	81
Figura 55 - final do séc. XIX e primeiro quarto no séc. XX.....	81
Figura 56 - Fachada principal.....	82
Figura 57 - Porta e janela da fachada principal. ....	83
Figura 58 - Soleira de Madeira e recepção. ....	83
Figura 59 - Portão da garagem e parede original de adobe.....	84
Figura 60 - Parede lateral e quintal. ....	84
Figura 61 - Fachada Posterior.....	85
Figura 62 - Vista aérea de Porto Nacional. ....	86
Figura 63 - Localização de Porto Nacional.....	87

Figura 64 - Entorno Imediato.....	88
Figura 65 - Entorno Imediato.....	88
Figura 66 - Circuito Solar .....	89
Figura 67 - Planta de localização com curvas de níveis.....	89
Figura 68 - Acessos .....	90
Figura 69 - Mobilidade.....	91
Figura 70 - Edificações de Valor Histórico .....	92
Figura 71 - Uso do Solo .....	93
Figura 72 - Fluxograma .....	94
Figura 73 - Diretrizes de projeto .....	94
Figura 74 - Planta baixa .....	96
Figura 75 - Esquema de Implantação. ....	98
Figura 76 - Plano conceitual.....	99
Figura 77 - Forma.....	100
Figura 78 - Planta de paisagismo.....	103
Figura 79 - Espécies sugeridas .....	104
Figura 80 - Materiais utilizados.....	106
Figura 81 - Fachada.....	104
Figura 82 - Fonte.....	104
Figura 83 - Área da feira.....	105
Figura 84 - Ateliê.....	105



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização do Imóvel.....	85
Tabela 2 - Paisagismo.....	101

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipo de Violência Relatada.....	50
Gráfico 2 - Taxa de Femicídio .....	76

## **LISTA DE SIGLAS**

CMB – Casa da Mulher Brasileira

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICON – Conselho Internacional de Museus

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONGs – Organizações Não Governamentais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	17
1.1. Problematização.....	18
1.2. Justificativa.....	20
1.3. Objetivos .....	22
1.3.1. Geral:.....	22
1.3.2. Específico:.....	22
1.4. Metodologia.....	23
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	24
2.1. Centro histórico .....	24
2.1.1. Ouro Preto.....	28
2.1.2. Salvador .....	32
2.2. Patrimônio histórico e cultural .....	39
2.2.1. A Preservação do patrimônio histórico e cultural .....	39
2.2.2. Cartas Patrimoniais .....	41
2.3. Violência Contra a Mulher .....	46
2.3.1. Violência Doméstica Contra a Mulher .....	47
2.3.1. Apoio a Mulher no Brasil .....	50
3. REFERÊNCIAS PROJETUAIS .....	52
3.1. Pátio Sul.....	53
3.2. XVIII Remodelação da Casa Brasonada.....	57
3.3. Museu de Sant'Ana .....	60
3.4. Cinema da Praça, Paraty - Rio de Janeiro .....	63
3.5. Museu do Pão – Rio Grande do Sul.....	66
3.6. Moradias Infantis .....	69
3.7. Casa da Mulher Brasileira .....	72
4. PROPOSTA .....	76
4.1. Público-alvo.....	76
4.2. Programa de necessidade.....	77
4.3. Diagnóstico do lugar.....	80
4.3.1. Histórico .....	80
4.3.2. Localização .....	86

4.3.3. Entorno imediato .....	88
4.3.4. Características Ambientais.....	89
4.3.5. Acessos.....	90
4.3.6. Mobilidade .....	91
4.3.9. Edificações de valor histórico .....	92
4.3.10. Uso do solo .....	93
4.4. Fluxograma .....	94
4.5. Diretrizes de projeto .....	94
4.6. Partido arquitetônico .....	95
4.6.1. Implantação.....	95
4.6.2. Plano Conceitual .....	99
4.6.3. Forma.....	100
4.6.4. Paisagismo.....	101
4.6.5. Materiais utilizados.....	106
4.6.6. Perspectivas.....	107
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	110

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta debater sobre o centro histórico, citando os principais centros históricos brasileiros que contribuíram para que se iniciassem o processo de tombamento nas demais cidades históricas do Brasil. Como por exemplo o centro histórico de Ouro Preto que segundo Natal (2007):

Ouro Preto foi a primeira cidade a ser tombada no Brasil, o que equivale a afirmar que esta cidade foi a primeira a ser oficialmente reconhecida como cidade histórica. Com efeito, Ouro Preto serviu de paradigma aos tombamentos posteriores. As características estilísticas da cidade, seu estilo colonial e barroco, serviram de modelo para a constituição de parâmetros que orientariam as futuras ações preservacionistas e estabeleceram um modelo de patrimonialização a ser seguido (NATAL, 2007, p. 10).

O trabalho também trata sobre a revitalização de patrimônio histórico, pois nota-se a necessidade de compreensão sobre o assunto, por motivo do anteprojeto ser implantado em uma casa tombada de Porto Nacional. Onde é citado as cartas patrimoniais, que segundo Zanirato (2007), são resultados de debates entre organizações mundiais como a UNESCO, ICON, ICOMOS entre outras, que desenvolveram encontros entre as nações para discutir sobre o assunto. Entre tais cartas, encontra-se a carta a Veneza que conforme destaca Oliveira (2005):

(...) Foi aprovada durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Realizado na cidade de Veneza. Essa carta foi concebida para tratar exclusivamente da proteção dos monumentos, sobretudo daqueles destruídos durante a Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2005, p. 20).

É importante enfatizar que para que se tenha uma boa conexão entre a comunidade e a sua cultura, é preciso pensar sobre o sentimento de pertencimento com relação ao patrimônio (SANTOS E MORAES, 2015). Portanto dada a relevância das características iniciais do local, é de suma importância que alterações futuras respeitem a características iniciais e assim contribua para que a história não se perca em falsos históricos.

Logo após, o presente trabalho tenciona trazer à tona um assunto que na maioria das vezes é ignorado, que é a “violência contra a mulher”. Desta forma buscou-se conhecer quais são os tipos de violências cometidas contra a mulher, como e quando acontecem, e quais as leis que surgiram com a intenção de protegê-las.

Uma das leis citadas foi a lei 11.340 que conforme dito por Brasil (2011), foi aprovada em 2006 e foi nomeada como “Lei Maria da Penha”, mas isto só ocorreu devido grandes mobilizações das mulheres brasileiras. Esta Lei caracteriza os crimes de violência contra a mulher, e possibilita a prisão do agressor após ser autuado em flagrante, e quando ao ameaçar a integridade física da mulher, tenha a sua prisão preventiva decretada. Além disto, presume medidas de proteção para a mulher. Tais como a proibição física do agressor estar com a mulher e os filhos e o afastamento da residência (BRASIL, 2011).

Em seguida buscou-se referências projetuais, onde inicialmente foi pensado na escala mundial, logo após na escala Nacional, e por fim na escala regional. Onde na região nordeste teve como principal referência a Casa da Mulher Brasileira que fica situada na cidade de São Luís, Maranhão. por fim, o trabalho conclui-se com a apresentação da proposta de um anteprojeto.

### **1.1. Problematização**

A violência contra a mulher é considerada um problema mundial. Pois ocorre em todos os países, e em qualquer tipo de classe social. Por mais que existem vários tipos de violências que podem afetar a mulher, na maioria dos casos, o que mais acontece é a violência contra a mulher por meio do homem.

Este problema acontece desde antigamente e é resultado de uma cultura em que designa o homem como o único provedor da família, e por razão disso, o que toma todas as decisões da casa. Desta forma, existem homens que acreditam que a mulher é a sua propriedade, e assim eles têm o poder absoluto sobre ela. De acordo com Brasil (2011), no âmbito nacional:

(...) a violência ainda atinge dois milhões de mulheres por ano. Uma brasileira a cada 15 segundos sofre com o terror doméstico. A todos cumpre mudar essa situação, que afronta não só o Estado, mas compromete o sentimento de justiça e dignidade do país. A Lei Maria da Penha é, efetivamente, um apoio na luta por um Brasil melhor, mais digno e mais justo para as nossas mulheres (BRASIL, 2011, p.7).

Quando se refere a este problema no estado do Tocantins, a violência contra a mulher têm sido cada dia mais frequente, e a necessidade de dar um basta nisso têm sido indispensáveis. Porém, por motivos de não haver uma forma de parar de vez esta situação, a única saída que as tocantinenses têm é de denunciar.

Figura 1 - Violência contra a mulher



Fonte: Revista Galileu, 2019.

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/11/paises-subdesenvolvidos-aceitam-mais-violencia-contra-mulheres.html>

Por mais que seja o centro da cidade e um lugar de visitas turísticas constantes que contribui bastante com a economia da cidade, o centro histórico de Porto Nacional ainda não possui equipamentos urbanos que receba as mulheres que sofrem qualquer tipo de violência na região, como por exemplo um centro de apoio a mulheres que poderia atender a demanda de mulheres vítimas de violência.



Figura 2 - Centro Histórico de Porto Nacional/TO



Fonte: Mochileiro, 2019 < <http://mochileiro.tur.br/portonacional.htm>>

Por esse motivo, foi escolhido uma casa tombada no centro histórico de Porto Nacional, para a elaboração desse anteprojeto acadêmico, com uma localização favorável aos moradores e de fácil acesso. No entanto esta proposta de casa abrigo, será uma iniciativa de caráter público-privado, onde ao mesmo tempo que a mulher em estado de vulnerabilidade é acolhida, será gerado renda para as mulheres inseridas e para a casa abrigo, por meio de trabalhos artesanais feitos pelas vítimas, que poderão ser vendidos na própria casa.

## 1.2. Justificativa

O tema escolhido surgiu a partir do conhecimento da necessidade de casas que acolham mulheres vítimas de violência no Brasil e juntamente com a mesma a importância de se preservar e/ou revitalizar edifícios tombados, que por vários motivos são esquecidos e acabam perdendo o seu valor histórico. De acordo com Padua (2013):

Observa-se atualmente uma grande diversidade nas ações de preservação do patrimônio cultural. Mesmo havendo teorias, cartas, debates intensos sobre o tema, principalmente em relação ao campo do restauro, os quais fornecem a base para melhor caminho a ser tomado, muitas ações ainda são realizadas sem considerar os motivos fundamentais da preservação (PADUA, 2013, p. 60).

Dessa forma, o presente trabalho reuniu informações com a finalidade de analisar a quantidade de ocorrências referentes à violência contra a mulher, e contribuir com as pesquisas relacionadas a esse assunto. Assim como reuniu também informações sobre o centro histórico e patrimônio histórico, a fim de basear e fundamentar o processo de revitalização que foi utilizado na proposta de anteprojeto arquitetônico da casa tombada.

No que diz respeito ao tema “violência contra a mulher”, é possível considerar que é um assunto pouco abordado pela sociedade, mas extremamente importante. Como perceberemos no decorrer do trabalho, existe uma necessidade muito grande de uma casa de acolhimento a mulheres na cidade de Porto Nacional, porém a cidade não dispõe de edifícios que disponibilizam especificamente a essa função. Desta forma justifica-se a carência de pesquisas como esta, que tem como intenção, contribuir com uma proposta anteprojeto arquitetônico.

Como já dito anteriormente, a principal referência deste trabalho é a Casa da Mulher Brasileira, que é um lugar que acolhe e atende mulheres que sofrem quaisquer tipo de agressão, contribuindo com condições para estas mulheres enfrentar a violência, e simplificando o acesso destas aos serviços especializados (MENDONÇA, 2015).

Por fim, o presente trabalho traz discussões para o campo da arquitetura, com o tema principal casa de apoio, uma edificação que visa proporcionar serviços de qualidade e tem como foco de estudo mulheres que sofrem qualquer tipo violência.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Criar uma proposta de anteprojeto arquitetônico de uma casa de apoio a mulheres vítimas de violência em uma casa tombada no centro histórico de Porto Nacional. O projeto busca propor um lugar que preste serviços de qualidade a mulheres em situação de vulnerabilidade.

### **2.2 Objetivos Específicos**

O presente trabalho tem como objetivos específicos:

- Apresentar e identificar o bem por se tratar de um edifício histórico;
- Identificar a legislação adequada para intervenção em área de interesse histórico;
- Desenvolver uma proposta de restauração e requalificação arquitetônica para uma casa tombada;
- Levantar dados juntamente com órgãos que prestam serviço a mulheres vítimas de violência;
- Pesquisar a estrutura de atendimento existente para essas mulheres;
- Elaborar um programa de necessidades de uma casa de apoio a mulheres vítimas de violência;
- Propor um anteprojeto para esta casa de apoio.

### **3. METODOLOGIA**

Para a elaboração do presente trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, com consultas a dissertações, teses, livros, periódicos, reportagens, revistas, jornais, sites da internet e legislações que tratam da questão da violência contra a mulher, o centro histórico e o patrimônio histórico.

Após levantar os dados com referências teóricas e projetuais, foi desenvolvido uma proposta de anteprojeto a partir da análise da problemática e o conhecimento do que é necessário para a elaboração de uma casa de apoio. Buscou-se também inspirações de projeto com referências projetuais situadas no mundo, brasil, norte e nordeste do país.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1. Centro histórico

É no centro histórico que se abrigam várias construções de valores históricos, como casas, monumentos e igrejas. É nesse lugar que podemos encontrar a história de uma população e acontecimentos importantes que sucederam do passado. Estes centros têm um grande valor mundial, pois possuem as riquezas culturais, patrimoniais e históricas entre outros, além de guardar a memória dos povos daquela região. O centro histórico de uma cidade é o território mais antigo que pelo passar dos anos se tornou o centro de uma cidade moderna, mas por ter fortes traços do passado, precisa de conservação e preservação, para que não haja o esquecimento de uma história por meio de demolições.

É válido ressaltar que o processo de tombamento e revitalização de grandes centros históricos, tal como sua importância na construção da história em si, deu início após a segunda guerra mundial. Podemos entender melhor sobre o assunto com a seguinte afirmação de Moratori (2017, p. 2):

Uma série de acontecimentos pode levar a destruição ou profundo dano ao patrimônio, como as mais variadas guerras acontecidas nos séculos passados, que acarretaram certos danos pontuais, chegando aos conflitos militares na atualidade, os quais possuem alto poder de dano, podendo arrasar um grande número de edificações quase que simultaneamente. Outros fatores prejudiciais são desastres naturais ou mesmo a ação errônea do homem sobre o bem, sobre a matéria (MORATORI, 2017, p. 2).

Desta forma, de acordo com Moratori (2017), a segunda Guerra mundial foi o principal motivo de devastação de muitas cidades no mundo, fazendo assim com que o número de monumentos diminuísse de forma significativa, e isso motivou surgimento de muitas teorias sobre o patrimônio e o restauro. Segundo Meneguello (2005), a partir da segunda guerra mundial, os arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos começaram a dar atenção aos centros históricos.

Assim fez-se a criação da IMN (Inspetoria de Monumentos Nacionais) em 1934, que funcionava como departamento do Museu Histórico Nacional. Sua origem foi resultado de uma política de definição da nação formada pelo governo de Getúlio Vargas, que partiu da identificação do passado brasileiro. Abortada em 1937, quando substituída pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional) (MAGALHÃES, 2004).

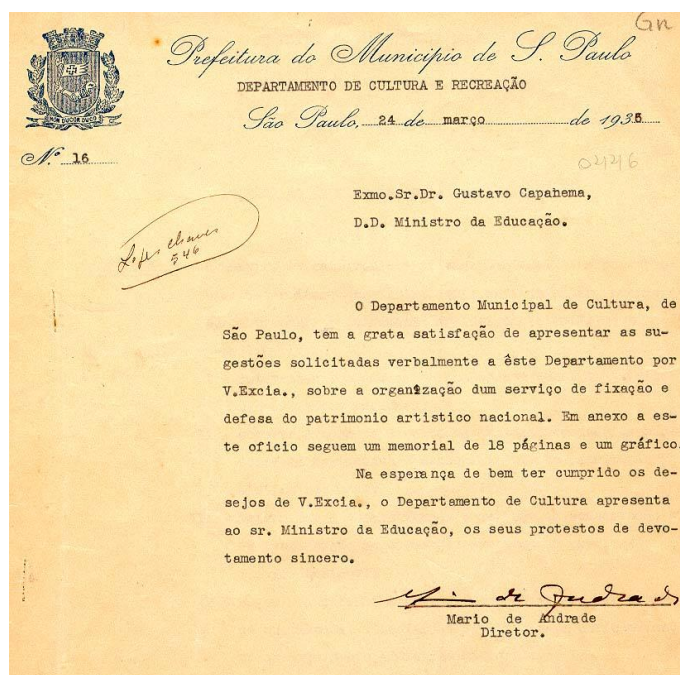
De acordo com Rezende et al. (2015, p. 1), SPHAN foi o primeiro nome do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, que em seguida mudou sua nomenclatura para IPHAN. É praticamente impossível citar todos os que participaram da criação do SPHAN e não citar Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 -1969) que;

Assume a direção do SPHAN, oficialmente, em 1937. Ele e seus colaboradores mais próximos organizaram uma grande equipe de profissionais - pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, mestres de obra - para a realização de inventários, estudos e pesquisas; execução de obras de conservação, consolidação e restauração de monumentos; organização de arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares; reunião de valioso acervo fotográfico; e estruturação de biblioteca especializada (IPHAN, 2013).

Outra pessoa que teve uma grande importância no processo de desenvolvimento do IPHAN foi Mário de Andrade, que;

(...) além de ter construído uma importante atuação no Departamento de Cultura do município de São Paulo, ele foi responsável pela elaboração do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (SAPORETTI, 2017, p. 8).

Figura 3 -Carta de Mário de Andrade encaminhando a proposta de criação do SPHAN, 1936. Rio de Janeiro (RJ).



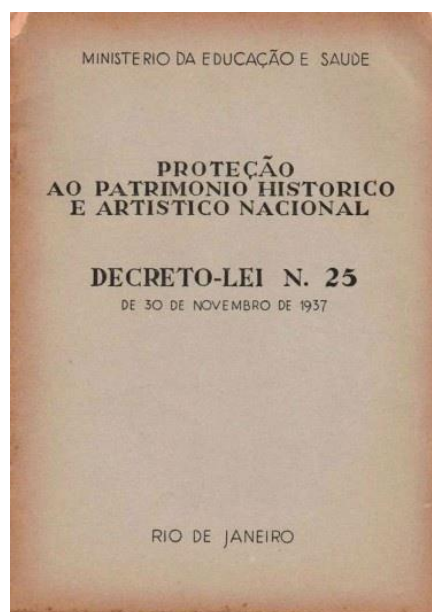
Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN> >

Mário de Andrade finalizou o anteprojeto do SPHAN em março de 1936, quando começou a funcionar em caráter experimental perante a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. E somente após uma reforma ministerial promovida por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, que o SPHAN passou a atuar de forma definitiva. Isso foi consolidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e pelo setor técnico, que era formada por um grupo de arquitetos modernos, que tinham como diretor Lucio Costa, entre 1930 e 1940 (CHUVA, 2012).

Porém, o SPHAN teve sua criação oficializada somente na lei nº378, de janeiro de 1937. Esta lei tem o objetivo de implantar uma nova organização ao Ministério de Educação e Saúde. Então, apesar do SPHAN ter sido criado oficialmente a partir desta lei, esta não detalha a organização da Instituição (SAPORETTI, 2017, p.12).

Figura 4 - Capa do Decreto-Lei n. 25, que funda o Sphan.



Fonte: Vitruvius, 2019 < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528> >

É importante citar a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que foi criada em 1937, quando o seu nome inicial era Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa Instituição proporcionou dois tipos de publicações: a Revista do Patrimônio, que organizava artigos sobre estudos de arte, história, etnografia e arqueologia, e a série Publicações do SPHAN, que tinha como



objetivo publicar estudos monográficos com temas referentes ao patrimônio histórico e artístico brasileiro (THOMPSON, 2010).

O primeiro número da Revista foi publicado em 1937, com os artigos dos autores: Rodrigo Melo Franco de Andrade (apresentação); Heloísa Alberto Torres; Lucio Costa; Gilberto Freyre; Francisco Marques dos Santos; Roquette Pinto; Paulo Thedim Barreto; Raimundo Lopes; Godofredo Filho; Aníbal Fernandes; Mário de Andrade; Nuto Sant'Anna; Noronha Santos; e Epaminondas de Macedo (THOMPSON, 2010, p. 150).

Figura 5 - Primeira edição da revista no ano de 1937.



Fonte: Wikipédia, 2019

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Revista\\_do\\_Patrimônio\\_Histórico\\_e\\_Artístico\\_Nacional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revista_do_Patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_Nacional)>

Conforme dito por Rezende et al. (2015) em 1946 o SPHAN passou a ser denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), onde manteve a submissão ao Ministério da Educação e Saúde (MES), e durou até o ano de 1953, quando foi gerado o Ministério da Saúde, desta forma o MES começou a ser chamado de MEC – Ministério da Educação e Cultura ao qual permanece até hoje.

É preciso ter conhecimento de todas essas informações acima para compreender melhor o centro histórico e o Iphan, que é o órgão federal que contribui com a preservação de monumentos tombados e proteção ao patrimônio



cultural brasileiro. Desta forma existe inúmeros centros históricos no Brasil onde pode-se citar para a melhor compreensão deste trabalho, porém para essa fundamentação teórica foi utilizado como base o centro histórico de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA), que passaram por um processo de reconstrução e foram extremamente importantes na história dos centros históricos brasileiros, pois serviram de exemplos aos demais centros históricos.

#### 4.1.1. Ouro Preto

Ouro Preto teve um papel importante entre os centros históricos brasileiros, de acordo com Natal (2007) Ouro Preto foi a primeira cidade reconhecida como cidade histórica, pois foi a primeira a ser tombada no Brasil. Desta forma a mesma serviu como exemplo aos tombamentos que vieram depois e as características do estilo da cidade foram estabelecidas como modelo de patrimonialização a ser seguido por outros centros históricos.

Figura 6 - Ouro Preto, 16 de novembro de 1964



Fonte: Arquivo Nacional do Brasil, 2018

Chaves (2012) fala que Ouro Preto, juntamente com as demais cidades mineiras, compôs um laboratório que serviu de referência aos pensamentos preservacionistas, pois para os modernistas as cidades mineiras foram uma fonte

de ideias que se espalhou e se fez como exemplo às demais cidades históricas.

Vale dizer que as cidades históricas, em sua integridade, são consideradas por Barroso como um monumento; a cidade histórica, ela toda, comporta uma série de vestígios e provas do passado, tais como móveis, chafarizes, pontes, prédios públicos e privados, templos religiosos, enfim toda uma “documentação arquitetural”, que a possibilita o papel de reduto do passado histórico, o lugar privilegiado da memória nacional <sup>165</sup>. A cidade histórica é vista como um todo, como uma obra homogênea, coerente, fechada e museificada. A cidade histórica é transparente porque reflete o passado, e é museu porque esse passado não deve apenas estar visível, mas também protegido da ação do tempo, de modo a permanecer às futuras gerações. Barroso também opera uma distinção entre valor tradicional e valor artístico, porém os congrega sob um denominador comum, qual seja, o valor histórico (BARROSO, 1948<sup>a</sup>, p. 7-8 apud NATAL, 2007, p.147).

Figura 7 - Localização de Ouro Preto (MG)



Fonte: Wikipédia, 2019. < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro\\_Preto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_Preto) >

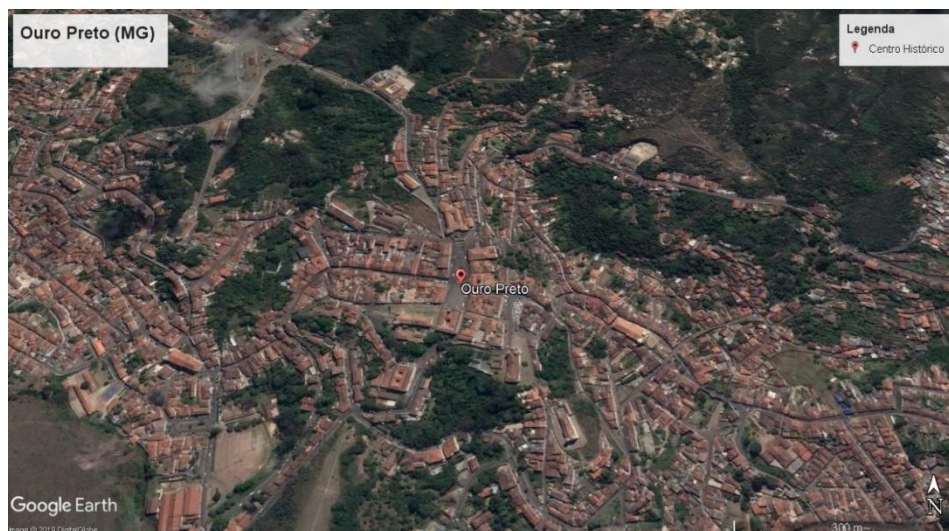
Assim sendo, conforme dito por Natal (2007) no ano de 1920, a cidade de Ouro Preto tinha tudo para ser vista por autoridades maiores a fim de ser preservada, pois a sua história e sua grande potencialidade de ser um monumento histórico, a deixava com a necessidade de ser cuidada por uma instituição. Foi então que Getúlio Vargas, no qual era o chefe do governo provisório do Brasil,

assina no dia 12 de julho de 1933 um decreto onde promove a cidade de Ouro Preto, á uma condição de monumento Nacional. Desta forma o governo federal traz para si a responsabilidade de cuidar da cidade. “[...] O tombamento de Ouro Preto, ou seja, sua transformação em monumento, consolida seu valor histórico [...]” (NATAL, 2007, p.150).

Natal (2007) também observa que os princípios que instituíram a cidade de Ouro Preto como um “monumento nacional” e a sua qualidade histórica, foram os mesmos que consolidaram a criação de “um órgão governamental” que foi o encarregado pela proteção e preservação dos bens intitulados como monumentos nacionais.

Nesse sentido, Ouro Preto antecedeu e serviu como paradigma à primeira instituição federal de proteção patrimonial, que foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou SPHAN, criado em 1937, como dissemos anteriormente (NATAL, 2007, p.10).

Figura 8 - Imagem Satélite Centro Histórico de Ouro Preto (MG).



Fonte: Google Earth, 2019. Editado pela Autora.

Entre alguns arquitetos que participaram do processo de tombamento de Ouro Preto, é importante citar Lucio Costa, que segundo Filho (2013) Juntamente com o SPHAN, contribuíram para validar a cidade de Ouro Preto como a origem da cultura brasileira, por meio de restaurações, reformas, demolições e tombamentos.

Assim como, permitiu à arquitetura moderna, defendida por Lúcio Costa, justificar-se como herdeira direta da arquitetura colonial e nesse sentido, como a única capaz de expressar a verdadeira nacionalidade do povo brasileiro no século XX. Entre as demolições e reconstituições arquitetônicas efetuadas pelo SPHAN inventou-se uma cidade de características “barrocas” onde a única arquitetura permitida além da colonial, era a moderna já que era considerada a legítima herdeira da boa tradição colonial (FILHO, 2013, p. 1)

Vale ressaltar que a construção do Grande Hotel de Ouro Preto foi o que definiu o começo da atuação do arquiteto Lúcio Costa na cidade. Além disso este acontecimento foi o primeiro que teve uma atuação significativa do SPHAN no que diz respeito a um conjunto urbano tombado (MOTTA, 1987).

Figura 9 - Grande Hotel de Ouro Preto, Por Sergio Jatobá, 2015.



Fonte: Vitruvius, 2018 < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/09.100/5633> >

Tendo o conhecimento disso, é possível afirmar que a cidade de Ouro Preto



tomou forma de um conjunto histórico perfeito, que teve a raiz da memória como herança do passado colonial. Assim, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, declarou Ouro Preto como Patrimônio Nacional em 1933, onde estavam à procura de uma identidade nacional. Também foi declarada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1980 pela Unesco, onde o principal objetivo era a busca pela preservação de monumentos históricos que marcaram o século XX (BECHLER e PEREIRA, 2014).

Figura 10 - Centro Histórico de Ouro Preto (MG).



Fonte: Zarpo, 2019 < <https://magazine.zarpo.com.br/cidades-historicas-de-minas-gerais/> >.

Por ser uma cidade onde foi descoberto ouro entre o século XVII e XVIII, ser o primeiro centro histórico a ser tombado e ter um contexto histórico importante na formação do estado de Minas Gerais, o centro histórico de Ouro Preto é considerado um museu a céu aberto da história do Brasil e da humanidade.

#### 4.1.2. Salvador

No começo, o centro histórico de Salvador era habitado por uma população nobre, instituída por comerciantes, homens de negócios, senhores do engenho, importadores, exportadores e funcionários da administração pública. Mas por razão do crescimento da cidade, essa população e o poder público começou a abandonar o Centro Antigo, desta forma as características da área foram modificadas (BRAGA, 2008).

Figura 11 - Localização de Salvador (BA).



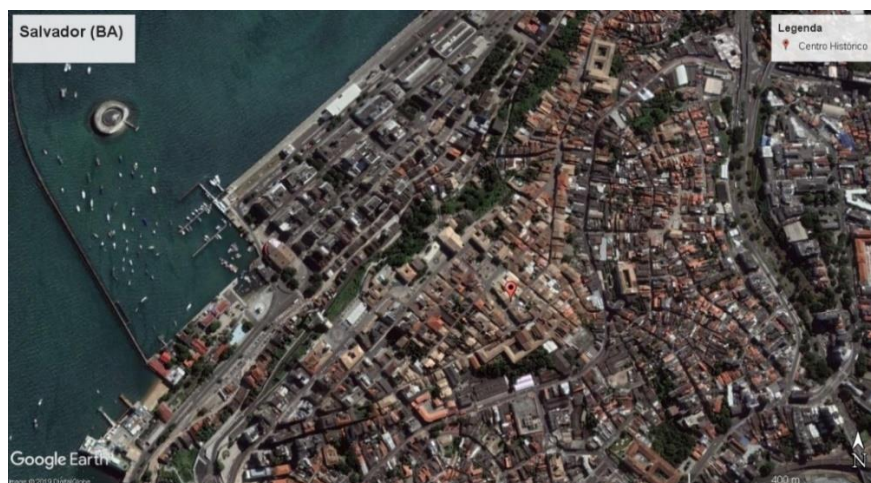
Fonte: Wikipédia, 2019. < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_Salvador](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Salvador)

Tendo isso como ponto de partida:

O Centro Histórico de Salvador passou a receber então uma nova população, formada principalmente por descendentes de ex-escravos. A área passou a abrigar uma população pobre, de baixa escolaridade, que fixou residência na área de forma precária. Surgiram também ali diversos movimentos identificados com a cultura negra. (BRAGA E JÚNIOR, 2009, p. 2).

Por esse motivo, muitos designavam o centro histórico de Salvador como um lugar marginalizado, onde era cheio de prostíbulos e que não tinha mais a chance de ser requalificado. Assim também, o poder público se desinteressou pela área. E desta forma a responsabilidade de conservação do lugar ficou nas mãos da população que o ocupou (BRAGA E JÚNIOR, 2019).

Figura 12 - Imagem Satélite Centro Histórico de Salvador (BA).



Fonte: Google Earth, 2019. Editado pelo Autor

Conforme destaca Zanirato (2007) por razão da criação de algumas obras públicas, a partir de 1950, essa região foi extremamente afetada, onde foram criados túneis e avenidas, que uniu a parte alta com a parte baixa da cidade. Fazendo assim com que não fosse mais necessário a passagem pelo centro histórico onde se localizava o Largo do Pelourinho. O Largo do Pelourinho está localizado em uma parte da cidade nomeada Cidade Alta, e nele foram fundadas várias construções de grande importância para a cidade e a população local, como Solares, monumentos, igrejas e até mesmo edificações coloniais (BRAGA e JÚNIOR, 2009).

Figura 13 - Pelourinho, Salvador (BA), por Ricardo Bevilaqua, 2009.



Fonte: flickr, 2019 < <https://www.flickr.com/photos/ricardobevilaqua/3552522035/in/set-72157619729438980> >

Também houve um aumento muito grande da população de Salvador nessa época, por causa da industrialização, que incentivou a população de moradores do sertão Baiano a migrarem para a cidade, em busca de uma melhor condição de vida, e um trabalho digno, onde acreditavam que seriam contratados como mão de obras. Porém, não foi isto que aconteceu, pois, este ocorrido resultou no aumento da população desprovida de conhecimento, e sem condições de ter uma morada digna, que acabou ocupando os espaços que recebiam menor investimento, por parte do poder público, de urbanização. E entre esses espaços estava inserido o Largo do Pelourinho (ZANIRATO, 2007).

Figura 14 -Largo do Pelourinho, Salvador (BA), por Dan, 2008.



Fonte: Flickr, 2019 < [https://www.flickr.com/photos/twiga\\_swala/4192955276/](https://www.flickr.com/photos/twiga_swala/4192955276/) >

Porém existiu um político que exerceu um papel importante na recuperação de Pelourinho, sendo ele Antônio Carlos Magalhães, que conforme dito por Braga (2008) em 1967 iniciou as intervenções no Largo do Pelourinho, e neste mesmo ano foi criado a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, que atualmente é chamado Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC (BRAGA, 2008).

De acordo com Braga e Júnior (2009) o centro histórico de Salvador foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade em 1985, pela Unesco, e tal reconhecimento ocasionou a valorização do lugar, fazendo assim com que o governo do estado voltasse a atenção a essa área. E logo após o Largo de Pelourinho, que por sua vez foi reconhecido como potencial econômico por meio do turismo, em 1991, daria início ao Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

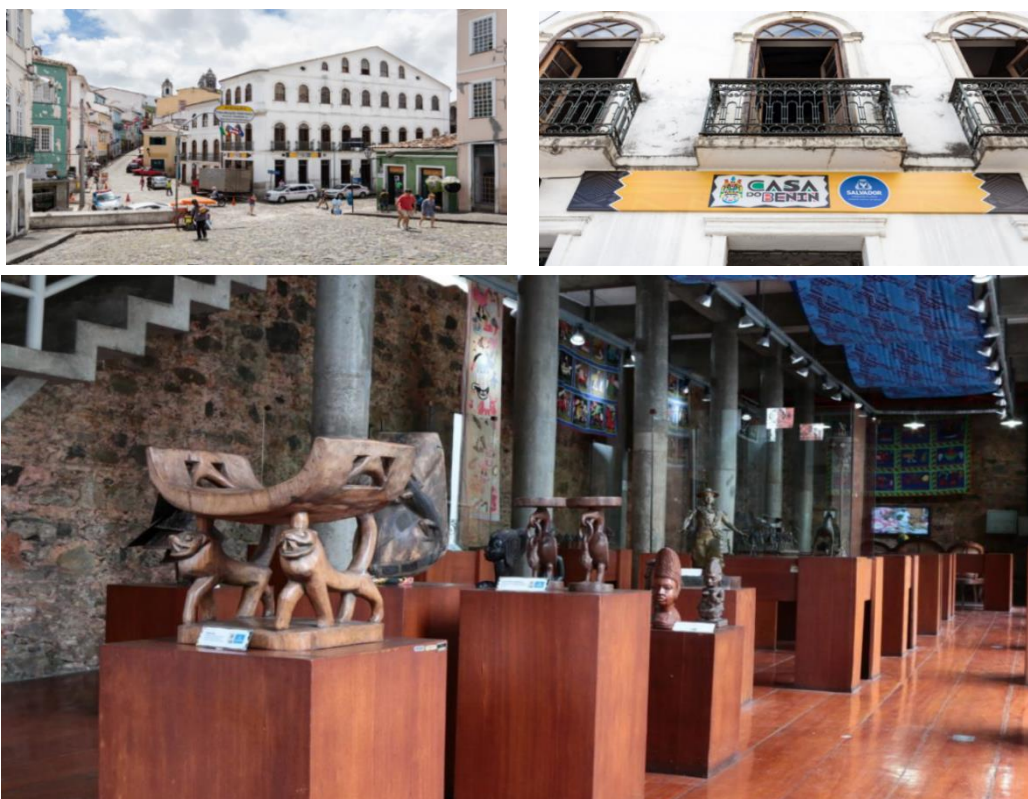
Segundo Braga (2008), em 1986 a arquiteta Lina Bo Bardi, apresentou propostas para Salvador, juntamente com os arquitetos Marcelo Carvalho Ferraz e Marcelo Suzuki, propôs um Plano de Recuperação para o Centro Histórico da Bahia. Inclui-se no grupo de projetos propostos pela arquiteta Lina Bo Bardi para o centro histórico de Salvador a Casa do Benin na Bahia e Casa do Olodum.

De acordo com Braga (2008) a Casa do Benin, foi criada para hospedar estudantes e principalmente abrigar exposições. Ela foi inaugurada em 1987, e seu



nome é resultado da ligação que existia, por intermédio da cidade de Cotonou, entre a Bahia e o país africano Benin. Pode-se observar que nas imagens a seguir arquiteta manteve a fachada do casarão com traços da original, porém dentro do edifício modernizou os cômodos.

Figura 15 - Casa do Benin, Salvador (BA), por Fábio Marconi.



Fonte: Salvador da Bahia, 2019 < <https://www.salvadorbahia.com/experiencias/casa-do-benin/> >

A Casa de Olodum, inaugurada em 1988, foi projetada para abrigar a sede do grupo Olodum. Nela podemos observar que assim como a Casa do Benin, a arquiteta Lina Bo Bardi, também manteve os traços da fachada e modernizou o interior da mesma (Braga, 2008).

Figura 16 - Casa do Olodum, Salvador (BA), por Gabriela Nunes, 2017.



Fonte: Saravá, 2019 < <http://www.saravacidade.com.br/chao/olodum-do-pelourinho-ao-egito/> >

No ano de 1991, quando Antônio Carlos Magalhães, um político conservador vinculado às antigas oligarquias locais, assumiu pela terceira vez o governo do estado, teve início um projeto de intervenção no Centro Histórico, concentrado na recuperação do Pelourinho, espaço emblemático da área central enquanto marco simbólico da dominação dos escravos e pela localização topográfica constituindo-se em um nó de articulação das principais vias que atravessam o Centro Velho (BRAGA E JUNIOR, 2009, p. 10).

Os critérios que foram tomados a respeito da escolha das áreas a serem

restauradas, foi em primeiro lugar a importância artístico-cultural dos imóveis e em seguida foi o estado de degradação que estavam os mesmos. Os métodos de intervenção adotados para a reabilitação da área, a começar por zoneamento de quarteirões, cadastramento dos habitantes etc., contavam com obras de restauro, reconstrução e conservação dos edifícios, além da recuperação estrutural (BRAGA, 2008).

Por esse motivo, foi criado um centro de atração turística, que trouxe muitos benefícios a Pelourinho, pois a partir daí se deu início a obras de requalificação e restauro. Favorecendo assim a economia pois houve o aumento significativo de visitas de turistas, e desta forma o poder público foi investindo cada vez mais, o que permaneceu até hoje.

Figura 17 - Pelourinho, Salvador (BA).



Fonte: Guia Geográfico, 2019 < <http://www.salvador-antiga.com/pelourinho/peter-fuss.htm> >

Na figura acima mostra uma imagem do Pelourinho que foi fotografada por Peter Fuss (1904-1978), em 1937. Nela aparecem os antigos lampiões, a iluminação pública antes da energia elétrica, a igreja Nossa Senhora do Carmo, a igreja da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo e a igreja do Rosário.

## 4.2. Patrimônio histórico e cultural

Conforme Diana (2018), o patrimônio histórico simboliza os bens materiais ou naturais que apresentam um valor histórico a uma determinada comunidade ou sociedade. Dentre os quais pode-se encontrar casarões, igrejas etc. Por meio do patrimônio histórico é possível encontrar a história, arte, cultura, tradições que envolvem um determinado povo. Além de servir como fonte de pesquisa para os dias atuais.

O patrimônio é uma categoria do pensamento e uma das possibilidades de escritas do passado que realiza uma mediação visual, metonímica, temporal e espacial, articulando o visível ao invisível, o passado ao presente, criando nexos de pertencimento e noções de subjetividade. Enfim, evocando e representando a memória e estabelecendo sentido ao transcurso do tempo (SILVA, 2010, p.41).

A partir do momento em que os órgãos responsáveis decidem tomar um bem patrimonial, pode-se entender que aquele bem tem um grande valor histórico e cultural. Tendo essa consciência o patrimônio não pode ser demolido ou até mesmo reformados. Mas isso não quer dizer que o patrimônio não possa ser restaurado, porém, para que isso aconteça, o patrimônio precisa manter as suas características iniciais (Diana, 2018).

### 4.2.1. A Preservação do patrimônio histórico e cultural

O pensamento atual sobre preservação se iniciou após a segunda guerra mundial, com grandes debates quando a arquitetura estava em fase de desenvolvimento e ainda existia um certo bloqueio a respeito dos conceitos preservacionistas. E no caso do Brasil o assunto é mais delicado pois os mesmos personagens que criaram os critérios preservacionistas foram os que reproduziram a arquitetura moderna no Brasil (PADUA, 2013).

A Preservação do patrimônio é uma característica comum às sociedades modernas. Costumeiramente, essa questão é abordada priorizando as formas materiais pretéritas que permanecem no espaço e são geridas pelo presente, não abrangendo as formas imateriais, as relações simbólicas e as normas jurídicas, administrativas e sociais que fazem a sua gestão e determinaram não somente o seu processo de origem, mas também o seu percurso ao longo do tempo. (OLIVEIRA, 2005).



Figura 18 - Centro Histórico de Paraty (RJ).



Fonte: Vortexmag, 2019 < <https://www.vortexmag.net/as-10-cidades-mais-bonitas-do-brasil/> >

Padua (2013) fala que nos dias atuais, há uma alta quantidade de diversidade no ato de preservar um patrimônio cultural, e mesmo quando se pode encontrar debates intensos sobre o tema, além de cartas e teorias, principalmente quando o assunto é restauro, nos quais disponibilizam informações para se ter um melhor caminho a ser tomado, ainda se realiza muitas ações sem ter como consideração os principais motivos da preservação.

O patrimônio Cultural de um país abrange toda e qualquer manifestação autêntica de sua sociedade, seus costumes, práticas, saberes; e preservar esse patrimônio significa cuidar da memória e da cultura a ele associadas; significa preservar a identidade do povo daquele lugar. (PADUA, 2013, p.60)

De acordo com Padua (2013) não é fácil preservar um patrimônio cultural, pois requer um compromisso dos órgãos de preservação, dos profissionais que ali trabalham e por fim, não menos importante, da sociedade. É preciso observar principalmente aquilo que é reconhecido como um bem que carrega a identidade da sociedade. Além disso é necessário ser evitado os interesses que não estão de acordo com a preservação do patrimônio histórico e cultural, como os interesses políticos. A autora fala também que existe uma grande necessidade de um trabalho sério de identificação sistemática do que será preservado, pois somente desta

forma que as proteções deixarão de ser urgentes e será bem mais fácil identificar e reconhecer todo o conjunto como bens culturais.

Ao decorrer dos anos tornou-se necessário pensar o preservar do patrimônio histórico, pois a partir da revolução industrial, houve o surgimento de várias construções, sendo resultado do aumento da população. Por consequência disso foi necessária uma nova forma urbanística, para um melhor acomodamento da sociedade, onde o governo era o principal responsável pela logística urbana (PADUA, 2013).

#### 4.2.2. Cartas Patrimoniais

Conforme dito por Zanirato (2007) Preservar um patrimônio histórico tornou-se necessário, e para que isso pudesse acontecer, foi preciso a orientação, na maioria das vezes das Cartas e Recomendações do Patrimônio, que são vários tipos de leis internacionais que formam regras para a proteção dos patrimônios pertencentes a sociedade. São enviados por organizações como o Conselho da Europa, a UNESCO, ICOMOS, ICON e OEA.

Tais organizações surgiram no século XX, principalmente por consequência dos bombardeios, frutos da segunda guerra mundial, pois tal guerra causou inúmeras destruições de monumentos históricos naquela época. Sedo assim, essas organizações desenvolveram encontros entre as nações, onde os debates resultaram em várias cartas que são denominadas, cartas patrimoniais. E foi por meio destes documentos que começou a ser passado várias recomendações, para atuantes da área de restauração e conservação, onde indica o código de posturas internacionais, instrui o comportamento dos profissionais que atuam na área, entre outros (MORATORI, 2017).

Entre tais documentos destaco a Carta de Veneza, que foi aprovada, quando estava acontecendo o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Ela é uma carta internacional que fala sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, com o objetivo de proteger tanto a obra de arte como o testemunho histórico, e a carta é extremamente importante para as pessoas afins, pois nela existem diretrizes a serem seguidas e definições de

conservação, restauração etc. (OLIVEIRA, 2005).

No âmbito da restauração art. 9º a carta fala que

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (CARTA DE VENEZA, 1964).

Sendo assim, a restauração deve ser aplicada com muito cuidado, pois no ato da restauração é possível haver falhas irreversíveis onde poderiam ser evitados se antes os restauradores tivessem cautela para tal. Onde não se pode perder a história do lugar, patrimônios, centros históricos etc., realizando o restauro de uma forma irresponsável, sem ter um certo cuidado com os detalhes daquela área, e ao mesmo tempo, é preciso realçar o que se tem de valor naquilo que precisa ser restaurado (OLIVEIRA, 2005).

Figura 19 - Centro Histórico de Petrópolis (RJ).



Fonte: Guia Geográfico, 2019 < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/382/> >

E no âmbito da Conservação, a carta fala que é indispensável antes de tudo, a manutenção contínua na conservação dos monumentos, e que é necessário que

tal monumento seja conservado, porque o mesmo implica em uma função útil a sociedade, desta forma o monumento adquire um certo benefício, por ser de suma importância a sua conservação. Porém, não se pode modificar a forma que o edifício foi decorado ou até mesmo a forma que foi distribuído (IPHAN - CARTA DE VENEZA, 1964).

Destaco também a carta de Atenas que:

Nele, elabora-se o primeiro documento de recomendações internacionais de conservação, manutenção e utilização do bem cultural. Propõe-se, através da Carta de Atenas (1931), a valorização histórica e artística, a não re-funcionalização e o respeito ao monumento. Dá-se estatuto à lógica de utilização de gabarito, como ferramenta para a distinção de uma valorização visual do patrimônio em questão. Outras questões recomendadas são: o envolvimento de múltiplas disciplinas na definição da intervenção e o respeito ao original, além da necessidade da preservação do entorno. Sugere-se, ainda, que cada nação realize seu próprio inventário do patrimônio cultural. Não se arbitra, entretanto, a definição de categorias e hierarquias, sendo que os focos são os edifícios e conjuntos arquitetônicos de importância histórica (IPHAN - CARTA DE ATENAS, 1931).

A carta do restauro de (1972) por sua vez foi elaborada pelo Ministério da Instrução Pública da Itália, onde se tem 12 artigos que retratam sobre diretrizes para intervenções de restauração em monumentos arquitetônicos, centros históricos, coleção artísticas e todos as demais obras de arte. No anexo b por exemplo, onde se tem como título “Instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas” é descrito que:

A realização do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser procedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidade formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc.), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações (...) (IPHAN – CARTA DO RESTAURO, 1972).

Além destas, existem outras cartas que servem como parâmetro para arquitetos, técnicos e restauradores. Como por exemplo a carta de Machu Picchu de 1977 e recomendações Paris de 1972. Desta forma, é possível observar que existem vários critérios que podem ser seguidos, para efetuar um projeto de revitalização, restauração e conservação de qualidade.



#### 4.2.3. O patrimônio histórico no Tocantins

A política de preservação no Tocantins teve início a partir da proposta de trabalho intitulado “Preservando a identidade Cultural: a memória histórica”, que levava em consideração o inventário do patrimônio material e imaterial, implantação do Museu Indígena e Museu Histórico. O trabalho foi a ferramenta usada para se conhecer o que existia naquele tempo sobre as manifestações culturais e os monumentos históricos, onde se encontravam e qual era o estado atual desse patrimônio (PORTO, 2011).

Do projeto de inventário surgiu outro projeto denominado “Conhecer para preservar”, que foi dividido em cinco etapas: (1ª.) abrangeu as cidades históricas da região Sudeste; (2ª) contemplou as cidades da região Norte; (3ª.) intitulada “Conhecendo e preservando as culturais indígenas do Tocantins”, esta etapa englobou todos os povos que vivem no estado, (4ª.) Esta etapa que não foi realizada, tinha como objetivo a região Sul; e (5ª.) etapa que também não foi realizada, pressupunha um mapeamento arqueológico (PORTO, 2011).

Como resultado, a realização das três primeiras etapas possibilitou a criação de um projeto com ações de preservação dos bens materiais e imateriais, como por exemplo; pesquisa, identificação, manutenção e restauro.

De acordo com o IPHAN (2019), o primeiro ato de proteção ao patrimônio histórico no Tocantins, aconteceu em 1987, com o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Natividade, onde as casas e as igrejas são datadas do século XVII.

A partir de 2007, as atividades do Iphan se estenderam aos municípios setecentistas de Porto Nacional, Paranã, Monte do Carmo e Peixe, e também à capital, Palmas. Em 2008, o Mapeamento das Referências Culturais do Estado do Tocantins e o tombamento do centro histórico de Porto Nacional consolidaram a política de preservação patrimonial no Estado (IPHAN, 2019).

#### 4.2.4. Tombamento de Porto Nacional

O principal marco do início da cidade de porto Nacional foi a construção da igreja Nossa Senhora das Mercês no século XIX. Os casarões que rodeiam a praça no qual ela se situa possuem características em arquitetura romana. Na maioria dos monumentos o que predomina é o estilo colonial. A catedral por sua vez mantém-se em estilo românico (NASCIMENTO E BALSAN 2017).

A princípio, a construção da Catedral Nossa Senhora das Mercês teve orientação técnica de Frei Bartolomeu também conhecido por Frei Berto e várias pessoas tiveram sua contribuição, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros entre outros (NASCIMENTO E BALSAN 2017).

É importante observar que;

(...) a arquitetura religiosa diferencia-se profundamente da matriz portuguesa comum às outras cidades da região, o que pode ser observado na imponente Catedral em estilo românico, construída pelos frades dominicanos e os fiéis de forma voluntária. Sua arquitetura demonstra claramente a influência da origem francesa dos religiosos que substituiu a antiga capela consagrada, a Nossa Senhora das Mercês. Atualmente a Catedral, constitui um dos principais referenciais urbanos da cidade, distinguindo-a das demais cidades da região e agregando-lhe valor por essa referência (NASCIMENTO E BALSAN 2017).

De acordo com Nascimento e Balsan (2017) O que demonstra a mudança de perspectivas pela qual a cidade passou, é a antiga capela barroca, símbolo da mineração e do ouro, quando foi substituída pela catedral que não tinha nenhuma relação com o aspecto tradicional da cidade.

Porto Nacional antes compunham um núcleo voltado para a função portuária e comercial, cuja pequena capela não demonstrava, naquele momento, uma grande preocupação com a função religiosa, que remete a um caráter de fixação da população.

Optam então por demolir a pequena capela, vista como simplória e pela construção da Catedral uma imponente igreja em alvenaria de pedra aparente, que destacava na paisagem urbana e criava, desde o início de sua construção, uma nova relação de registro semelhante às cidades medievais europeias (IPHAN, 2007).

Nascimento e Balsan (2017) também fala que ainda existem poucos órgãos preocupados com a preservação do patrimônio histórico de Porto Nacional. Não se tem certeza do ano e quais os sujeitos contribuíram com a iniciativa da preservação do patrimônio histórico na cidade. Porém existe uma lei municipal de nº 967, de 27 de março de 1984, composta por nove membros, que constituiu o Conselho Municipal de Cultura, que pode ser considerado uma das primeiras iniciativas das gestões públicas quanto a atenção em preservar alguns monumentos. Principalmente, os que fazem parte do centro histórico.

### 4.3. Violência Contra a Mulher

Para que se tenha uma base que justifique o lugar de apoio as mulheres é preciso entender primeiramente como, porque e onde acontece esse ato tão devastador que é a violência contra a mulher. Se formos pensar em um a forma geral a mulher sempre foi um alvo fácil de violência, e mesmos com suas características únicas, esses tipos de violência sempre aconteceram ao decorrer das décadas. E não é difícil perceber que o terreno fértil para que isso aconteça em sua maioria das vezes é o espaço doméstico (CARVALHO, 2010, p.29).

Carvalho (2010) também fala que desde os nossos antepassados pode-se observar que a mulher sempre foi tratada como um ser inferior ao homem, fazendo assim com que ela seja submissa, e que dependa inteiramente do homem não importa qual seja. No começo a mulher era tratada como propriedade do pai, onde precisava juntamente com a mãe, fazer tudo o que ele mandava sem reclamar, e quando jovem a mulher era obrigada a casar e somente com o rapaz que o seu pai permitisse. Depois de casada, a mulher era propriedade do marido, onde a sua obrigação era satisfazer todas as suas vontades, cuidar da casa e dos filhos.

Diferente de antigamente a mulher hoje tem de certa forma uma visibilidade um pouco mais aflorada em meio a sociedade, pois ao contrário de os anos 20 por exemplo, onde como falado acima a mulher não tinha nenhum direito sequer, hoje tem o direito de voto, estudar, trabalhar e o mais importante o direito de ir e vir. Tudo isso resultado de uma luta demorada que foi ganhando força ao decorrer dos anos e que hoje as mulheres que lutaram e continuam lutando por direitos iguais são conhecidas como feministas (SOUTO, 2008).

Porém, de acordo com Freitas (2018), esse direito de ir e vir não é o bastante para que a mulher possa ter liberdade, pois hoje em dia mesmo com tantos recursos que podem ajudar a mulher a se proteger do agressor, ainda assim milhares de mulheres sofrem com a violência, e entre vários tipos de violências contra a mulher que existe no Brasil uma das mais frequentes é a violência sexual. Onde muitas mulheres não denunciam por medo do agressor ou de ser julgada pela sociedade.

Podemos associar a não reação às sensações de impotência, humilhação e medo, que oprime a mulher e faz com que ela, após a situação de violência sexual, fique omissa. É preciso que a população tenha conhecimento quanto à legislação

e que a mulher saiba e reconheça seu direito, para que a situação não se repita, que o agressor seja punido e que ela possa ter o suporte necessário para superar as consequências. (FREITAS, 2018, p.50)

De acordo com Salles (2018, p.12) Com o decorrer dos anos foi sendo fortalecido uma estrutura de sociedade injusta, onde determina a superioridade de um gênero sobre o outro, para conservar um status. Em sociedades assim as mulheres são de certa forma consideradas um ser inferior ao homem e para que a mulher continue nessa posição de submissa as práticas de violências contras elas se tornam comuns.

Ainda que a “dominação masculina” precise ser relativizada nos dias atuais, devemos considerar que, em razão da valorização do papel do homem na sociedade ocidental, foram atribuídos a eles uma série de privilégios, e que desigualdades entre os gêneros foram criadas por conta disso. Dentro de um discurso de poder, a sociedade estabeleceu uma relação de “privilégio” com o homem heterossexual que corroborou para elevá-lo à categoria de dominância sobre a mulher ou sobre as sexualidades consideradas periféricas. (SALLES, 2018, p. 19).

#### 4.3.1. Violência Doméstica Contra a Mulher

Existem vários tipos de violências que podem ser considerados graves contra a mulher, como a sexual, física (que pode chegar até ao homicídio), psicológica e verbal entre outros. Sendo que cada uma com suas particularidades tem o seu nível de agressividade onde podem causar até danos irreparáveis na mulher. Mas é inevitável falar de violência contra a mulher e não citar a mais comum entre elas que é a violência doméstica, onde na maioria das vezes a mulher sofre um ato de violência por seu cônjuge, marido ou namorado (VELOSO, 2016).

O gráfico a seguir, mostra que segundo pesquisas, o número de mulheres que sofreram agressões por seus parceiros é maior que os demais, onde 82,53% das mulheres vítimas tem algum tipo de relação Heteroafetiva com o agressor. Logo após vem a relação das vítimas com seus familiares, seguidos de relações externas e por último Homoafetivas. Sendo assim é evidente que a maior parte dos agressores são os homens.

Mesmo hoje em dia depois de várias conquistas realizadas pela mulher, ainda existem mulheres que sofrem violência doméstica, muitas delas por não ter condição financeira de se manter sozinha, e/ou ter filhos pequenos necessitarem de alguém para suprir as suas necessidades financeiras. Porém esse tipo de violência acaba sendo prejudicial a família, pois além de a mulher sofrer, os filhos também sofrem, e por ter algo que depois de um tempo se torna os filhos acabam repetindo esse ato violento depois de adulto. De acordo com Oliveira (2017, p.18), a família é o lugar onde o ser humano aprende ser o que é, e seus familiares são os responsáveis por educá-lo da forma correta para que cresçam de forma saudável. Mas se a criança cresce aprendendo a ser agressivo juntamente com os familiares, sem dúvidas depois de adulto a pessoa acabará sendo agressivo, e no lugar onde estar inserido esse ato de violência será normal.

a violência doméstica e familiar contra a mulher não é somente aquela praticada pelo marido contra a sua esposa dentro de casa, ou seja, na unidade doméstica, podendo acontecer, inclusive, fora desse ambiente, contanto que tal violência seja decorrente daquela relação, abrangendo não apenas o marido, mas todas as pessoas com vínculo de ordem familiar, ou não, que convivem em um espaço de pessoas de forma permanente, inclusive as esporadicamente agregadas, até aquelas que se consideram aparentadas ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convívio com a ofendida, independentemente da existência de coabitação. Ela pode se manifestar de inúmeras formas, porém, as mais conhecidas são as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (CRUZ, 2014, p. 174).

De acordo com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (2018), a violência contra mulher tem feito milhares de vítimas em todo o país, não havendo restrição de idade, classes sociais, nem ocorrência em apenas algumas regiões específicas. A violência, em suas mais variadas formas de constrangimento físico, moral e até psicossocial contra as mulheres, é entendida não como um problema isolado ou individual, mas como uma espécie de fenômeno estrutural, de responsabilidade da sociedade como um todo.

A cada 17 minutos uma mulher é agredida fisicamente no Brasil. De meia em meia hora alguém sofre violência psicológica ou moral. A cada 3 horas, alguém relata um caso de cárcere privado. No mesmo dia, oito casos de violência sexual são descobertos no país, e toda semana 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais. O ataque é semanal para 75% das vítimas, situação que se repete por até cinco anos. Essa violência também atinge a parte mais vulnerável da família, pois a maioria dessas mulheres é mãe e os filhos acabam presenciando ou sofrendo as agressões (COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, 2018, p. 6).

Freitas (2018) afirma que, as principais causas que levam à prática da violência contra a mulher, em sua maior parte, consistem com base em questões culturais como machismo e outros tipos de uma espécie de subjugação do gênero feminino, que ainda são os fatores determinantes nos casos de violência doméstica. Geralmente, a causa da violência doméstica é um motivo fútil.

Em maior parte, quase que unânime, a violência doméstica ocorre oriunda de motivos banais. O alcoolismo é um dos principais problemas que causam a violência contra a mulher no Brasil. E o que os agressores mais utilizam como justificativa são voltadas para questões relacionadas ao ciúme, a não sujeição aos desejos, e até a forma como se vestem.

As mulheres em sua maioria têm o seu direito de ir e vir comprometidos em decorrência do medo, do fato de ser uma vítima em potencial dentro de sua própria casa e isso compromete a busca por ajuda de terceiros. A violência a qual a mulher é submetida majoritariamente é relacionada ao uso da força física mas é importante pontuar que esta não se limita somente a isso, se dá também por meio de pressão psicológica ou de coação moral e intelectual tem seu conceito relacionado com o uso da força física (BRAGA, 2017, p. 17).

É muito comum que casos ocorram em relações contínuas de forte vínculo afetivo, sendo algo atual ou que já aconteceu a algum tempo, resultando, na maior parte das vezes, em uma situação que não pode ser extinta simplesmente com um fim da sociedade conjugal, principalmente se há envolvimento de filhos menores de idade na situação (BRAGA, 2017, p. 75).

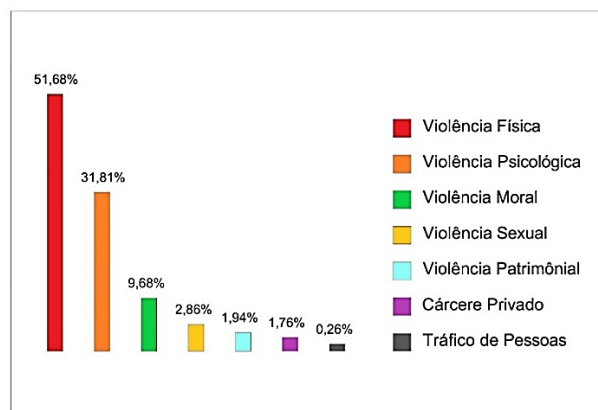
É de suma importância que a sociedade se conscientize de que a violência se enquadra não só no ato de deixar marcas físicas, mas também em qualquer ato que oprima, seja por palavras ou ações. Para isso é preciso reforçar as políticas de combate a essa problemática alcançando todas as mulheres, seja qual for seu grau de instrução (FREITAS, 2018, p. 46).

A violência psicológica, como não deixa marcas visíveis, é muito utilizada como forma de resolver conflitos e amedrontar. Toda mulher, independentemente de sua renda familiar ou escolaridade está sujeita a sofrer algum tipo dessa violência. (FREITAS, 2018, p. 45).

O gráfico a seguir mostra os tipos de violência relatadas, a partir disto é

possível notar que, mesmo sendo a mais grave, a principal violência relatada é a física, onde a mulher corre até o risco de morte, logo após vem a violência psicológica, moral, sexual, patrimonial, cárcere privado e por ultimo o tráfico de pessoas.

Gráfico 1 - Tipo de Violência Relatada



Fonte: Pedagogia Zardo, 2015. < <http://pedagogiazardo.blogspot.com/2015/11/violencias-contra-mulher-uma-questao-de.html> >. Editado pela Autora.

Quando a mulher se torna ciente de que seus direitos estão sendo violados e ela acredita no funcionamento dos serviços da Rede de Proteção, há uma maior probabilidade que ela tenha a iniciativa de realizar uma denúncia em caso de agressão.

#### 4.3.2. Apoio a Mulher no Brasil

Embora as estatísticas apresentem dados assustadores de registros de violência contra as mulheres, podemos observar que diversos avanços foram alcançados em termos de legislação. Uma das mais eficientes no combate a esse crime é a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

A lei foi resultado da luta das mulheres por uma legislação adequada ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, após a condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), na análise da denúncia oferecida por Maria da Penha Maia Fernandes. (BRAGA, 2017, p. 24)

A lei supracitada se tornou popularmente conhecida como “Lei Maria da

Penha”, em homenagem a essa vítima que se destacou na luta contra tal violência, chegando a protagonizar um processo internacional no qual a Organização dos Estados Americanos (OEA) recomendou ao Brasil a adoção de várias medidas para combater a violência contra a mulher, dentre as quais: a simplificação dos procedimentos judiciais para reduzir o tempo do processo (BRAGA, 2018, p.24).

Desde 1970 o Brasil desempenha políticas públicas em contraposição à violência contra a mulher, época essa em que esteve sob forte interferência dos movimentos feministas devido a não aceitação à grande opressão sofrida por elas, em caráter reivindicatório.

Em se tratando de datas, em 1994, o Brasil assinou o documento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará. Cuidase de importante conquista para os direitos das mulheres, por se tratar de um compromisso internacional do Brasil, no qual existe a definição de violência doméstica e a explicação das formas desse tipo de violência. (BRAGA, 2017, p. 21)

Já no ano de 2005, foi criada a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), com o intuito de orientar mulheres em situações de risco e sobre como e onde buscar ajuda. O movimento feminista tem grande participação não só no processo de denunciar e exigir o combate desse tipo de crime, como também na luta para que ele passasse a integrar a agenda política neste país e que as mulheres fossem reconhecidas, plenamente, como sujeitos de direitos e apenas recentemente essa realidade foi alterada, com a institucionalização do combate e prevenção da referida violência e com a criação de Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, por exemplo, e também, de alguns órgãos de apoio jurídico e de proteção, como Casas-Abrigo e os Centros Integrados de Atenção à Mulher, dentre outros. (CRUZ, 2014, p. 14).

A sociedade firmada em relações desiguais coloca a mulher numa posição de “vulnerabilidade”. Desde a infância estando inseridos em um ambiente que trata a violência como forma de resolver conflitos tende-se a naturalizar esse fenômeno. Outras características também podem banalizar o fenômeno, como por exemplo o machismo que se encontra enraizado e disseminado e perpetuando desigualdades de gênero no âmbito familiar e laboral (FREITAS, 2018, p. 48).

O silêncio que outrora, por séculos, serviu para reforçar a relação hierárquica entre homens e mulheres, agora tem a chance de se fazer uma ameaça dinâmica.



A tentativa de silenciar a figura feminina, ou ainda desqualificar a sua voz, seria, de certa maneira, uma forma de conter seu poder. A despeito da culpabilização das vítimas e da “cultura do estupro” que ainda imperam na sociedade ocidental, boa parte delas decidiu não se calar mais adiantes dos abusos e das violências a que foram submetidas não só no espaço público, mas também no privado. (SALLES, 2018, p. 13)

Porém, hoje em dia existem vários lugares que servem de apoio a mulheres vítimas de violência no Brasil, mas não é o suficiente, pois o número de violência contra a mulher é maior. Temos o exemplo da cidade de Porto Nacional que tem inúmeros casos de violência contra a mulher, porém não existe uma casa que tem como objetivo apoiar as mulheres que estão vulneráveis a violência, desta forma a falta de locais de acolhimento fazem com que estas mulheres sejam transferidas para a capital.

Sendo assim, é necessário a implantação de casa que abrigam estas mulheres na cidade de Porto Nacional, e principalmente em áreas centrais como o centro histórico da cidade. No seguinte capítulo será apresentadas edificações que serviram como repertório para o projeto da casa de apoio a mulheres no centro histórico de Porto Nacional.

## **5. REFERÊNCIAS PROJETAIS**

Neste capítulo será estudado algumas obras arquitetônicas que serviram de exemplo para o anteprojeto, não sendo necessariamente lugares que abrigam mulheres, mas lugares que passaram por um processo de revitalização e ou restauração. Neste estudo será destacado os materiais utilizados para a revitalização dos ambientes, as dinâmicas de espaços e especificamente na última referência o programa de necessidades que foi utilizado como base. Para a metodologia deste estudo, foram pesquisados seis referencias projetuais, duas do mundo e quatro do Brasil.

### 5.1. Pátio Sul

**Local:** Laibin, China

**Ano:** 2016

**Arquitetos:** Um Wei / Advanced Architecture Lab, Zhou Chao / Atelier UPA

**Área Construída:** 340 m<sup>2</sup>

Figura 20 -Pátio Sul, fachada 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/805698/patio-sul-advanced-architecture-lab-plus-atelier-upa> >

O Pátio Sul surgiu com o “Projeto de Reconstrução Bonito Povoador”. Esta reconstrução teve como resultado a retirada da maioria das casas antigas, sobrando apenas uma casa de parede de adobe que fica ao lado de um córrego. No princípio uma residência privada, a casa foi reformada muitas vezes pelo seu proprietário e acabou sendo abandonada. Inicialmente a casa era uma residência particular e traz uma história de mais de sessenta anos, a casa foi reparada muitas vezes por seu proprietário e acabou abandonada.

Figura 21 - Pátio Sul, perspectiva 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/805698/patio-sul-advanced-architecture-lab-plus-atelier-upa> >

Boa parte da residência estava em ruínas, onde sua parede estava danificada, e o interior da casa era bastante restrito. Porém, a parede em frente ao córrego estava intacta. A casa foi conservada integralmente, por ser o único monumento do povoado.

Figura 22 -Pátio Sul, perspectiva 02.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/805698/patio-sul-advanced-architecture-lab-plus-atelier-upa> >

Os arquitetos tiveram a intenção de juntar o velho e o novo, onde foi possível unir a casa antiga, que passou por um processo de reconstrução, e o novo edifício que foi construído no terreno ao lado. A casa antiga tinha várias paredes

entrelaçadas onde diminuía ainda mais o espaço interno, então os arquitetos decidiram retirar algumas paredes internas e reconstruíram com estrutura de aço, ampliando assim o espaço interno. Desta forma a estrutura de aço também contribuiu suportando a cobertura e deixando a parede que estava danificada mais firme.

Figura 23 - Pátio Sul, perspectiva 03.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/805698/patio-sul-advanced-architecture-lab-plus-atelier-upa> >

Para contribuir com a ampliação da casa antiga, os arquitetos construíram um novo edifício em um milharal que fica ao lado da mesma. A nova casa foi construída separada da antiga, onde a intenção foi preservar a parede de duas águas. A única parede de tijolo da nova residência é localizada ao lado da cozinha, para que haja uma ligação entre as duas edificações. As demais paredes de vidro comprovam a transparência da nova casa.



Figura 24 -Pátio Sul, perspectiva 04 e 05.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/805698/patio-sul-advanced-architecture-lab-plus-atelier-upa> >

Os materiais da nova residência são compostos por fibra de bambu de alta resistência. Os vidros com diferentes molduras e os pátios com diferentes escalas contribuem com uma forma diferente das demais edificações construídas ao seu redor.

Figura 25 -Pátio Sul, perspectiva 06.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/805698/patio-sul-advanced-architecture-lab-plus-atelier-upa> >

Desta edificação buscou-se trazer como referência ao anteprojeto as paredes envidraçadas, que possibilitam uma integração entre o ambiente interno e o externo da edificação, além do material do piso de cimento polido aparente.

## 5.2. XVIII Remodelação da Casa Brasonada

**Local:** Ponferrada, Espanha

**Ano:** 2016

**Arquitetos:** Marcos Miguélez

Conforme dito por Miguélez (2016), a obra é equivalente à construção tradicional de casas do século XVIII em El Bierzo, retangular, formada por volumes anexos, com escudo de fachada, pátio, segmentando seus usos por altura. O andar superior é destinado à moradia, com uma área nobre na praça e uma oficina de artesanato no pátio. O andar térreo abriga atividades comerciais ou agrícolas.

Figura 26 -Casa Brasonada, Fachada.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/799325/revitalizacao-de-casarao-do-sec-xviii-marcos-migueléz> >

Os arquitetos avaliaram por fases históricas do edifício: O poço, o escudo e a torre apontam as características típicas da casa no estilo do século XVIII; o gesso, ladrilhos hidráulicos e escadas definem o interior da casa burguesa industrial do século XIX. Já no século XX ocorreram novas mudanças em suas fachadas com novas aberturas para fins comerciais, assim definem essa época. E por fim, as obras de conservação do início do século XXI demonstram os elementos adicionais desta época (MIGUELÉZ, 2016).

Figura 27 - Casa Brasonada, Perspectiva 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/799325/revitalizacao-de-casarao-do-sec-xviii-marcos-migueléz> >

Observa-se que o edifício proporciona espaços livres, que foram abertos



durantes a revitalização do lugar, a primeira parte do edifício é organizado em volta de uma altura dupla que permite uma interação entre o térreo e o primeiro andar. A segunda parte do edifício gira em torno do pátio e da muralha medieval. O resultado resume um projeto cheio de peculiaridades, que se destina a devolver parte de sua herança à cidade (MIGUELÉZ, 2016).

Figura 28 - Casa Brasonada, Perspectiva 02.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/799325/revitalizacao-de-casarao-do-sec-xviii-marcos-migueliez> >

Segundo Miguélez (2016) o edifício está localizado na Praça da prefeitura de Ponferrada, exatamente ao lado da base da torre do relógio, em um dos 5 portões da cidade medieval murada. Este trecho da muralha continua intacto, por razão de sua divisão conjunta com o convento de clausura das Concepcionistas, que permitiu a sua preservação até os dias atuais.

Figura 29 - Casa Brasonada, Planta Baixa.







Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/799325/revitalizacao-de-casarao-do-sec-xviii-marcos-miguelz> >

Desta referência projetual, buscou-se pegar como exemplos a serem seguidos as cores utilizadas na edificação, os materiais em madeira e a iluminação interna.

### 5.3. Museu de Sant'Ana

**Local:** Tiradentes, Minas Gerais

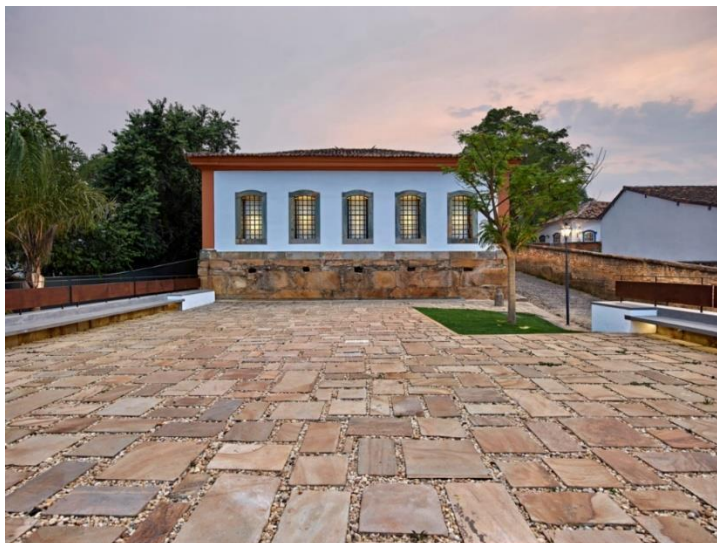
**Ano:** 2014

**Arquitetos:** Gustavo Penna Arquiteto e Associados

**Área Construída:** 672 m<sup>2</sup>

O museu de Sant'Ana, fora no passado a antiga cadeia pública de Tiradentes, a edificação foi construída por volta de 1730 e no século seguinte, em 1935, teve que passar por um processo de restauração, pois em 1829 foi atingido por um incêndio.

Figura 30 - Museu de Sant'Ana, fachada.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/918666/museu-de-santana-gustavo-penna-arquiteto-e-associados> >

A edificação foi implantada de uma forma que obedeça ao alinhamento do lote nas duas ruas, e mantém um afastamento lateral onde impede de ser encostada na lateral que se faz divisa com o vizinho. Existe um grande desnível entre o térreo e a rua, onde foi executado quatro degraus em blocos de pedra.

Figura 31 - Museu de Sant'Ana, perspectiva 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/918666/museu-de-santana-gustavo-penna-arquiteto-e-associados> >

A forma que traz à lembrança de um quadrado quase perfeito, é bastante visível, por se tratar de uma edificação de esquina, ela foi executada sobre socos de pedra. A fachada é marcada por uma arquitetura segundo os padrões neoclássicos que eram bastante usados em edificações da época.

Figura 32 - Museu de Sant'Ana, perspectiva 02 e 03.

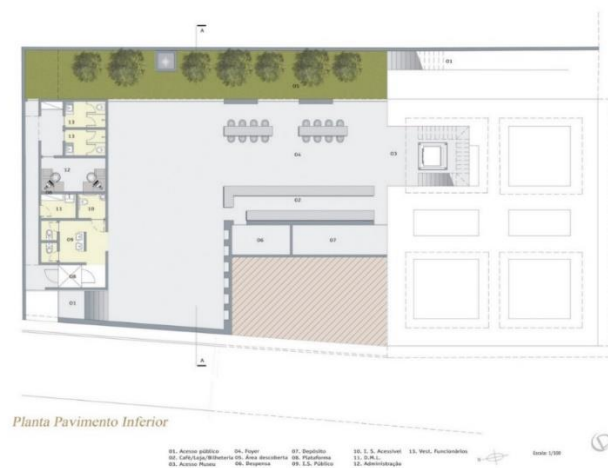


Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/918666/museu-de-santana-gustavo-penna-arquiteto-e-associados> >

Internamente, a edificação foi dividida de forma simétrica, onde dispõem-se

de quatro grandes salas, e cada uma, com duas aberturas de janelas e uma pesada porta dupla, unida ao corredor, onde ficava ambiente que servia como cela. Já nas duas salas subsequentes provem de acessos para o subsolo, dividindo em dois espaços onde aparecem as paredes de pedra que sustentam a edificação.

Figura 33- Museu de Sant'Ana, perspectiva 03.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/918666/museu-de-santana-gustavo-penna-arquiteto-e-associados> >

Desta referência projetual, buscou-se pegar como exemplos a serem seguidos, a fachada, que tem um forte ritmo de distribuição das aberturas das janelas, onde foi usado a iluminação para complementar e enriquecer a fachada.

#### 5.4. Cinema da Praça, Paraty - Rio de Janeiro

**Local:** Paraty, Rio de Janeiro

**Ano:** 2018

**Arquitetos:** Arquipélago Arquitetos

**Área Construída:** 475 m<sup>2</sup>

O Cinema da Praça, dispõe de uma fachada colonial, onde não se tirou a identidade dela após a revitalização. O Interior da edificação encontrava-se em ruínas, porém sem divisórias, trazendo assim a possibilidade de novas atribuições ao local. Portanto, toma-se como referência, a forma como os arquitetos pensaram



em permanecer a fachada da forma que ela sempre existiu, fazendo assim, apenas pequenas reparações, trazendo qualidade e nova vida ao local.

Figura 34 - Cinema da Praça, fachada.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/914543/cinema-da-praca-arquipelago-arquitetos> >

Esta obra trata-se da diferenciação entre o novo e o antigo, sem danos no conjunto arquitetônico. Observa-se também que a estrutura da edificação está disposta de forma aparente. Os espaços de serviços, apoio e infraestrutura são concentrados de modo a potencializar a continuidade do espaço livre.

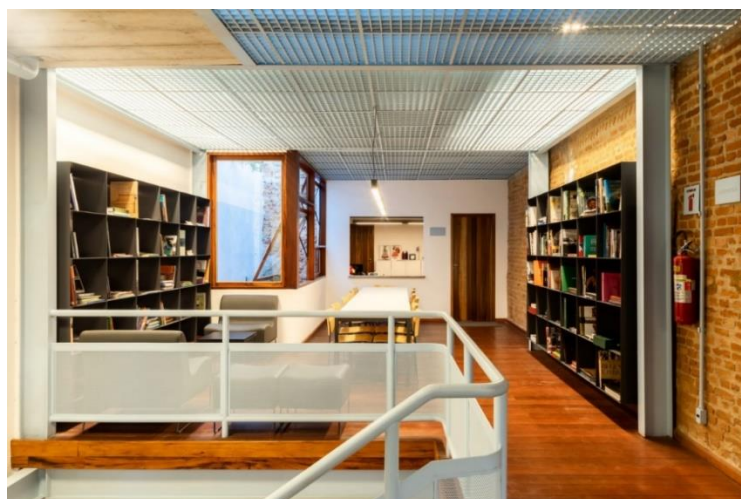
Figura 35 - Cinema da Praça, perspectiva 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/914543/cinema-da-praca-arquipelago-arquitetos> >

Nota-se também que o piso com revestimento amadeirado, transmite um certo conforto a pessoa que frequenta o lugar, e a sua tonalidade combina com os detalhes da edificação e com a parede original do edifício.

Figura 36 - Cinema da Praça, Perspectiva 02.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/914543/cinema-da-praca-arquipelago-arquitetos> >

A entrada principal e recepção do público, é aberto através de portas pivotantes, onde busca-se integrar as atividades culturais do edifício com à praça pública em que fica logo em sua frente.

Figura 37 - Cinema da Praça, Perspectiva 03.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/914543/cinema-da-praca-arquipelago-arquitetos> >

Diferentemente do projeto inicial, foi proposto uma estrutura metálica no edifício, que é moderadamente solta da alvenaria original. Esta estrutura apoia uma nova laje, onde se localiza o segundo pavimento, onde não compromete a estrutura existente. A Edificação também permite um acesso adequado ao telhado para fins de manutenção.

Buscou-se pegar como referência deste projeto a tonalidade da edificação, juntamente com a parede em adobe, que faz parte dos materiais originais da edificação.

### 5.5. Museu do Pão – Rio Grande do Sul

**Local:** Ilópolis, Rio Grande do Sul

**Ano:** 2007

**Arquitetos:** Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz

**Área Construída:** 330 m<sup>2</sup>

O Moinho Colognese ganhou dois novos anexos atribuídos ao Museu do Pão, quando passou por um processo de restauração, tais anexos, que são perpendiculares entre si, possuem praticamente a mesma área, porém tem diferentes tipos de materiais construtivos.

Figura 38 - Museu do Pão, fachada 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < [https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad\\_medium=widget&ad\\_name=more-from-office-article-show](https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad_medium=widget&ad_name=more-from-office-article-show) >



Na entrada principal, fica localizado o Museu do Pão, com sua fachada e laterais de vidro, e a panificação protegida por empenas de concreto. O interior da edificação é sustentado por três pilares de concreto que possuem capiteis de madeira, onde foi formado por tripla mão francesa e manteve a inspiração na estrutura interna do galpão. Além deles, o pavilhão do museu tem duas empenas, que ficam na porção posterior, como apoio.

Figura 39 - Museu do Pão, Perspectiva 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < [https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad\\_medium=widget&ad\\_name=more-from-office-article-show](https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad_medium=widget&ad_name=more-from-office-article-show) >

As novas edificações são elevadas do solo, e apresentam a mesma cota interna do moinho, desta forma, é possível passear nas edificações sempre no mesmo nível de cota. Além dos pilares, foram utilizados outros elementos encontrados na região, como por exemplo, o guarda corpo, que possui elementos diagonais.



Figura 40 -Museu do Pão, Perspectiva 02.



Fonte: Archdaily, 2019. < [https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad\\_medium=widget&ad\\_name=more-from-office-article-show](https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad_medium=widget&ad_name=more-from-office-article-show) >

Tudo que existe neste conjunto arquitetônico é museu ou museografia. O elemento principal deste museu é o próprio moinho, com pedras mó-granito e basalto de diferentes cores, que se destinam a diferentes tipos de moagem de trigo e milho. O terreno é limitado por um canal de água que é alimentada por uma nascente embaixo do moinho.

Figura 41- Museu do Pão, Perspectiva 02.



Fonte: Archdaily, 2019. < [https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad\\_medium=widget&ad\\_name=more-from-office-article-show](https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad_medium=widget&ad_name=more-from-office-article-show) >

Desta referência projetual, buscou-se pegar como exemplos a serem seguidos, a elevação da estrutura em anexo, para integrar a edificação antiga com a nova, as paredes com sua maior parte em vidro, e o formato retangular da nova edificação.

## 5.6. Moradias Infantis

**Local:** Formoso do Araguaia, Tocantins

**Ano:** 2017

**Arquitetos:** Aleph Zero, Rosenbaum

**Área Construída:** 23344 m<sup>2</sup>

O sítio no qual o projeto está localizado, é um lugar marcado pelo trabalho da lavoura e pela natureza indígena. Por esse motivo o projeto caminha na direção do resgate cultural, da cultura indígena, das técnicas construtivas da região, associado a construção da consciência do pertencimento, que é algo fundamental ao crescimento das crianças da escola de Canuanã.

Figura 42 - Moradias de Infantis, perspectiva 01.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero> >

A edificação se organizou em duas vilas, uma masculina e uma feminina. Mantendo o que já existia antes, porém as moradias não são mais comportadas

por grandes dormitórios, mas por 45 quartos de 6 alunos cada. Onde a intenção dos arquitetos foi melhorar a qualidade de vida das crianças, mantendo sua individualidade e tendo como consequência o desempenho escolar.

Figura 43 - Moradias de Infantis, perspectiva 02.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero> >

Para o projeto foi pensado os distintos espaços de convívio comuns, como espaço de leitura, Sala de TV, Varandas, Pátios entre outros. A ideia foi melhorar a qualidade de vida dos alunos e estreitar o laço entre alunos e escola.

Figura 44 - Moradias de Infantis, perspectiva 03.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero> >

As moradias não mais se localizam no coração da fazenda, como antes acontecia, pois, a intenção do novo projeto é contribuir com um programa que se relaciona com o ato de aprender. Sendo assim as novas vilas foram localizadas em pontos estratégicos, que encaminham o novo crescimento da fazenda e possibilitam com uma leitura funcional e espacial da escola.

Figura 45 - Moradias de Infantis, perspectiva 04.



Fonte: Archdaily, 2019. < <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero> >

Para os dormitórios foram utilizados uma estrutura de tijolos de barro sem cozimento, onde se usou a terra da própria fazenda. Tais tijolos foram assentados como muxarabi nas áreas de serviços, como acontece nas moradias da região, contribuindo com o conforto térmico de eficiência. O espaço favorece a relação entre o público e o privado, trazendo um convívio mais íntimo entre o coletivo, natureza e o indivíduo, e interligando as crianças com sua comunidade.

Desta edificação projetual buscou-se pegar como exemplos a serem seguidas, os materiais utilizados para a implantação dos dormitórios, as camas dispostas como beliches em material de madeira. e os tijolos de barro que foram assentados como muxarabi.



### 5.7. Casa da Mulher Brasileira

**Local:** São Luís, Maranhão

**Ano:** 2017

**Arquitetos:** Marcelo Pontes, Raul Holfiger e Valéria Laval

O programa foi resultado de uma iniciativa da Secretaria de políticas para Mulheres (SPM), lançada pelo governo federal em março de 2013, e o objetivo principal dessas edificações foi juntar em um só local, todos os equipamentos necessários que contribui com a proteção e acolhimento a mulher vítima de violência, e desta forma ampliar os serviços públicos existentes.

Figura 46 - Casa da Mulher Brasileira, foto aérea.



Fonte: Archdaily, 2019. <<http://www.radionoticiamaranhao.com.br/inaugurada-casa-da-mulher-brasileira-em-sao-luis/>>

A principal característica do projeto básico do edifício é a cobertura que tem uma leve ondulação com duas cores da bandeira do Brasil, verde e amarela, e a cor roxa, que de acordo com SPM, está associada a ideia de proteção e acolhimento.

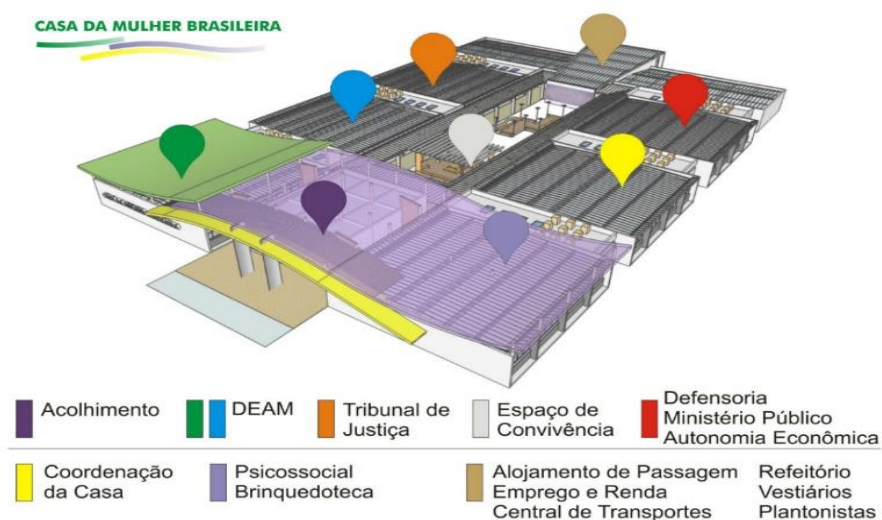
Figura 47 - Localização da Casa da Mulher Brasileira em São Luís.



Fonte: Google Earth, 2019. Editado pela Autora.

O programa tem como objetivo principal, acolher, auxiliar e proteger estas mulheres que estão em situação de quaisquer tipos de violência. Estas mulheres recebem desde atendimento nas áreas da saúde, assistência social, justiça, segurança pública, recebem também a oportunidade de conseguir autonomia financeira em relação dos seus parceiros conjugais que na maioria das vezes são os próprios agressores.

Figura 48 - Casa da Mulher Brasileira

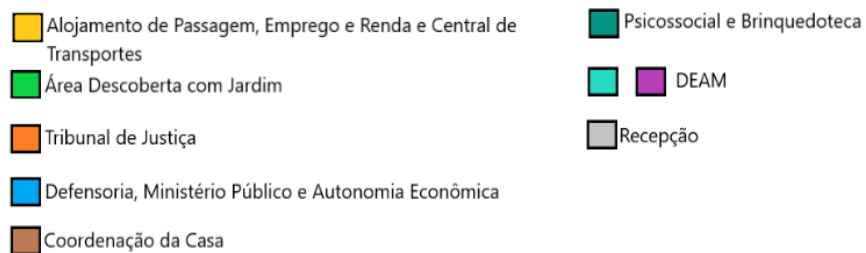


Fonte: Arco, 2015. < <https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia> >

A Casa da Mulher Brasileira, é a principal referência para essa proposta de projeto por motivo de ser completa no que diz respeito a programa de necessidades. Onde se pode ter com referência para outras edificações que buscam o mesmo propósito, que é acolher mulheres que sofrem qualquer tipo de violência.

Figura 49 - Planta Baixa da Casa da Mulher Brasileira.





Fonte: Portal BB, 2017. Editado pela Autora.

Desta edificação buscou-se como referência ao anteprojeto o programa de necessidades, mas não em sua totalidade por motivos das edificações estarem em escalas muito diferentes. Para isso foram trazidos ao anteprojeto somente o necessário para a elaboração de uma casa abrigo na realidade de Porto Nacional.



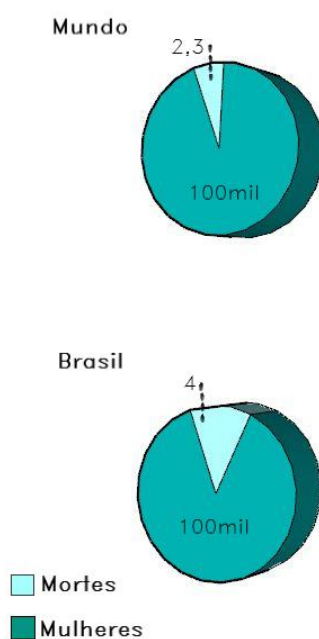
## 5. PROPOSTA

### 5.1. Público-alvo

De acordo com as informações da Secretaria da Segurança Pública (SSP), que se trata da violência contra a mulher e desigualdade de gênero (2019), os dados divulgados pelo Monitor da Violência mostra que a violência contra a mulher é um dos principais indicadores da demonstração de desigualdade de gênero no Brasil. É fato que não existe lugar seguro para as mulheres no país, não existe um ambiente que seja totalmente protegido á elas, e a principal prova disso é a violência que está a presente até mesmo em suas próprias residências.

É preocupante o número de casos de violência contra a mulher no Brasil e até que nível essa violência pode chegar, pois a mesma acontece desde a violência verbal, até a física, onde pode ter como resultado mortes violentas. Em novembro de 2018 foi publicado pelo UNOC (Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas) que a taxa de feminicídios global foi de 2,3 mortes a cada 100 mil mulheres em 2017. Porém no Brasil, o índice é 74% maior que a média mundial, pois os dados relativos a 2018 demonstram que a taxa é de 4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil.

Gráfico 2 - Taxa de Feminicídio



Fonte: SSP/TO, 2019. < <https://www.ssp.to.gov.br/estatisticas-criminais/> > Editado pela autora.

No Tocantins por sua vez os números assustam, pois de acordo com o documento referência violência contra a mulher no Tocantins, de 2012 a 2018 a quantidade de mulheres mortas é de 242, e 10.294 são agredidas na maioria das vezes dentro de casa por seus companheiros. Dados mostram também que somente no primeiro semestre de 2019 já foram registradas ocorrências de 3 mortes de mulheres. No que diz respeito a violência doméstica, o número é alarmante, pois no Tocantins somente de janeiro a outubro de 2018, a polícia militar atendeu 2.649 mulheres vítimas. A quantidade pode ser maior, já que na realidade muitos casos não chegam a ser registrados.

O presente trabalho busca, diante dos fatos divulgados, acolher e dar suporte a mulheres de Porto Nacional e região, que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência, principalmente a doméstica, e precisam de apoio para continuar as suas vidas sem o medo e a dependência financeira dos agressores. Desde as mulheres que precisam de ajuda da justiça até as que correm o risco de morte, onde será oferecido o abrigo enquanto elas aguardam o deferimento das medidas cabíveis necessárias.

## 5.2. Programa de necessidade

O programa de necessidades foi elaborado a partir da ideia de acolhimento, para que a mulher em situação de violência que procure por ajuda, possa encontrar o devido apoio. Pretende-se então receber mulheres que chegam de outras instituições associadas a rede de enfrentamento à violência contra mulher já existentes, como por exemplo o disque denúncia 180 (FIGURA 51).

Figura 50 - Percurso de Acolhimento.



Fonte: Autora, 2019.

O programa deste trabalho foi fundamentado no programa de necessidades da Casa da Mulher Brasileira, focando apenas no essencial para um anteprojeto de uma casa de apoio, e ainda foram definidos capacidade de atendimento e setorização.

A figura a seguir (figura 51), demonstra a área total do terreno, a área da edificação tombada já existente, a área da nova edificação e a área permeável, que segundo a Lei Complementar nº 06/2006, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Porto, tem que ter a taxa de permeabilidade mínima de 20%.

Figura 51 - Área do terreno.

Área	m <sup>2</sup>
Terreno	928,83
Casa tombada	124,52
Proposta de edificação/anexo	268,51
Construção total no terreno	388,03
Permeável	388,40

Fonte: Autora, 2019.

Na figura 52, mostra-se o programa de necessidades distribuídos por setores, ambientes e metragem quadrada.

Figura 52 - Programa de Necessidades.

Administração			
Setor	m <sup>2</sup>		
Recepção	14,09		
Secretaria	7,99		
Sala de Reunião	20,16		
Sanitário Fem.	9,74		
Sanitário Masc.	9,74		
Sanitário PNE	3,68		
<b>Total</b>	<b>65,40</b>		

Uso comum			
Setor	m <sup>2</sup>		
Atelier	24,00		
Refeitório	37,14		
Brinquedoteca	22,22		
Área Externa	539,97		
<b>Total</b>	<b>623,33</b>		

Internamento			
Setor	qtde	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup> Total
Dormitório	3	18,33	54,99
Sanitário	3	2,58	7,71
Dormitório PNE	1	15,91	15,91
Sanitário PNE	1	5,04	5,04
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>41,86</b>	<b>83,65</b>

Atendimento			
Setor	m <sup>2</sup>		
Enfermaria	11,51		
Sala de Psicóloga	6,60		
Sala de Assistente Social	10,20		
<b>Total</b>	<b>28,31</b>		

Uso Privativo do funcionários			
Setor	m <sup>2</sup>		
Cozinha	17,38		
Lavanderia	17,67		
Depósito de Comida	4,57		
Depósito de Limpeza	4,47		
Lixo	3,26		
<b>Total</b>	<b>47,35</b>		

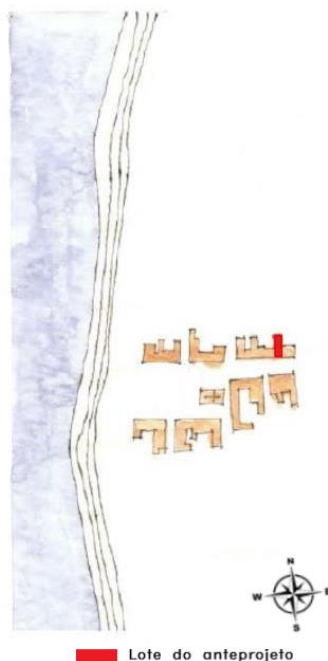
Fonte: Autora, 2019.

### 5.3. Diagnóstico do lugar

#### 5.3.1. Histórico

Nas figuras a seguir será apresentado quatro estágios do crescimento do centro histórico de Porto Nacional, onde a primeira imagem (Figura 52), mostra o primeiro quarto do século XIX. A figura mostra que a casa em que será implantado o anteprojeto da casa apoio foi uma das primeiras a serem construídas.

Figura 53 - primeiro quarto do séc. XIX.



Fonte: Docplayer, 2019. < <https://docplayer.com.br/70702140-Processo-do-patrimonio-no-tocantins.html> > Editado pela autora.

A segunda figura mostra o segundo e o terceiro quarto do século XIX, quando o Porto Real se torna Vila de Porto Imperial (com Império).

Figura 54 - segundo e terceiro quarto do séc. XIX.



Fonte: Docplayer, 2019. < <https://docplayer.com.br/70702140-Processo-do-patrimonio-no-tocantins.html> > Editado pela autora.

E a terceira figura mostra o desenvolvimento do centro histórico no final do século XIX, que é quando chega em Porto a primeira leva de frades dominicanos franceses. A presença desses frades deu um novo sentido à vida da cidade, que após a proclamação da república, muda o nome para Porto Nacional, em 1890. Mostra também o início do século XX, quando centro histórico se torna mais denso.

Figura 55 - final do séc. XIX e primeiro quarto no séc. XX.



Fonte: Docplayer, 2019. < <https://docplayer.com.br/70702140-Processo-do-patrimonio-no-tocantins.html> > Editado pela autora.

A casa está localizada na rua Francisco Ayres da Silva que já foi conhecida como rua Grande, rua Direita, e foi via de passagem para Vila do Carmo. A denominação é homenagem ao Dr. Francisco Ayres da Silva, que além de atuar na área da saúde como médico, atuou nas áreas de educação como professor e na política e como deputado federal e vice-presidente da província do estado de Goiás.

#### 4.3.1.1. Análise da cara tombada

##### 4.3.1.1.1. *Informação do patrimônio tombado*

A edificação teve surgimento juntamente com a catedral Nossa Senhora das Mercês, pelos documentos do imóvel, no ano de 1804. A casa foi tombada em 2008 e sua função de origem era residência e continua assim até os dias atuais. O material utilizado é Adobe.

Figura 56 - Fachada principal



Fonte: Autora, 2019.

A casa foi dada de presente de casamento para Serafina de Ribeiro Aranha pelo seu pai Emanuel Ribeiro Aranha. Atualmente quem reside na casa é Dona Léia dos Reis Pinto, uma das herdeiras.

##### 4.3.1.1.2 *Caracterização do Imóvel*

As imagens a seguir mostrará a edificação tombada, e suas características atualmente.

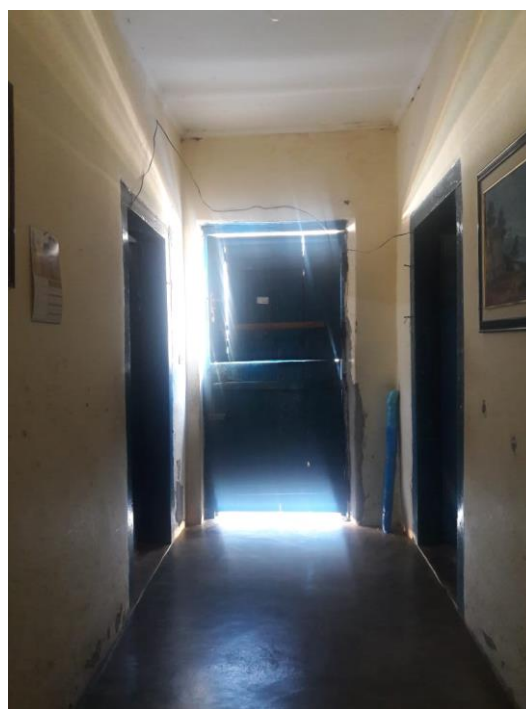


Figura 57- Porta e janela da fachada principal.



Fonte: Autora, 2019.

Figura 58 - Soleira de Madeira e recepção.



Fonte: Autora, 2019.



Figura 59 - Portão da garagem e parede original de adobe.



Fonte: Autora, 2019.

A fachada lateral tem uma altura máxima de 4,25 metros, a mesma foi construída em material de adobe e precisa ser conservada.

Figura 60 - Parede lateral e quintal.



Fonte: Autora, 2019.

A cobertura da edificação está em sua maior parte substituída por telha de fibrocimento, desta forma será preciso restaurá-la para manter as características originais.

Figura 61 - Fachada Posterior



Fonte: Autora, 2019.

A seguir será apresentado uma tabela com a caracterização do imóvel, constando os elementos e matérias da edificação além das técnicas construtivas e estado de conservação que são importantes para a compreensão do estado em que está o imóvel atualmente.

Tabela 1 - Caracterização do Imóvel

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL				
PRÉDIO	ELEMENTOS	MATERIAIS	TÉCNICA CONSTRUTIVA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
ESTRUTURA	FUNDAÇÕES	Pedra Canga	Moldado com pedra canga	Original
	LAJES DE PISO	Tijolinho	Barro queimado	Original
	PAREDES	Adobe	Tijolos de terra crua e outras fibras naturais	Algumas paredes estão comprometidas
	COBERTURA	Telha de barro		Apenas telhas aparentes na fachada
FORMULÁRIO ARQUITETÔNICO	FACHADA PRINCIPAL	Adobe	Tijolos de terra crua e outras fibras naturais	Pintura precisa ser refeita
	FACHADA POSTERIOR	Adobe	Tijolos de terra crua e outras fibras naturais	Pintura precisa ser refeita
	FACHADAS LATERAIS	Adobe	Tijolos de terra crua e outras fibras naturais	Sem pintura e algumas partes não possuem reboco
	ESQUADRIAS	Madeira		Bom estado de conservação
	MUROS	Adobe	Tijolos de terra crua e outras fibras naturais	Frente e fundo originais
	CALÇADA			Bom estado de conservação
LOGRADOURO	TETOS	Forro de gesso e pvc		Não possuía forro originalmente
	ELEMENTOS CONSTRUÍDOS	Pequena varanda no fundo	Telha de fibrocimento e madeira	Péssimo estado de conservação
ELEMENTOS DECORATIVOS	PÁTIO/JARDIM	Grande quintal com árvores frutíferas		Mal cuidado
	EXTERIOR	Pedra e madeira		Bem conservado
	INTERIOR	Madeira		Bem conservado

Fonte: Autora, 2019.

### 5.3.2. Localização

A cidade de porto Nacional está localizada na Microrregião de Porto Nacional, situada às margens do rio Tocantins. Ela tem uma distância de aproximadamente 60 Km de Palmas, a capital do estado do Tocantins (SANTOS 2019). O território limita-se a Miracema do Tocantins, Palmas, Monte do Carmo, Silvanópolis, Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Fátima, Oliveira de Fátima, Nova Rosalândia, Pugmil e paraíso do Tocantins.

Figura 62 - Vista aérea de Porto Nacional.

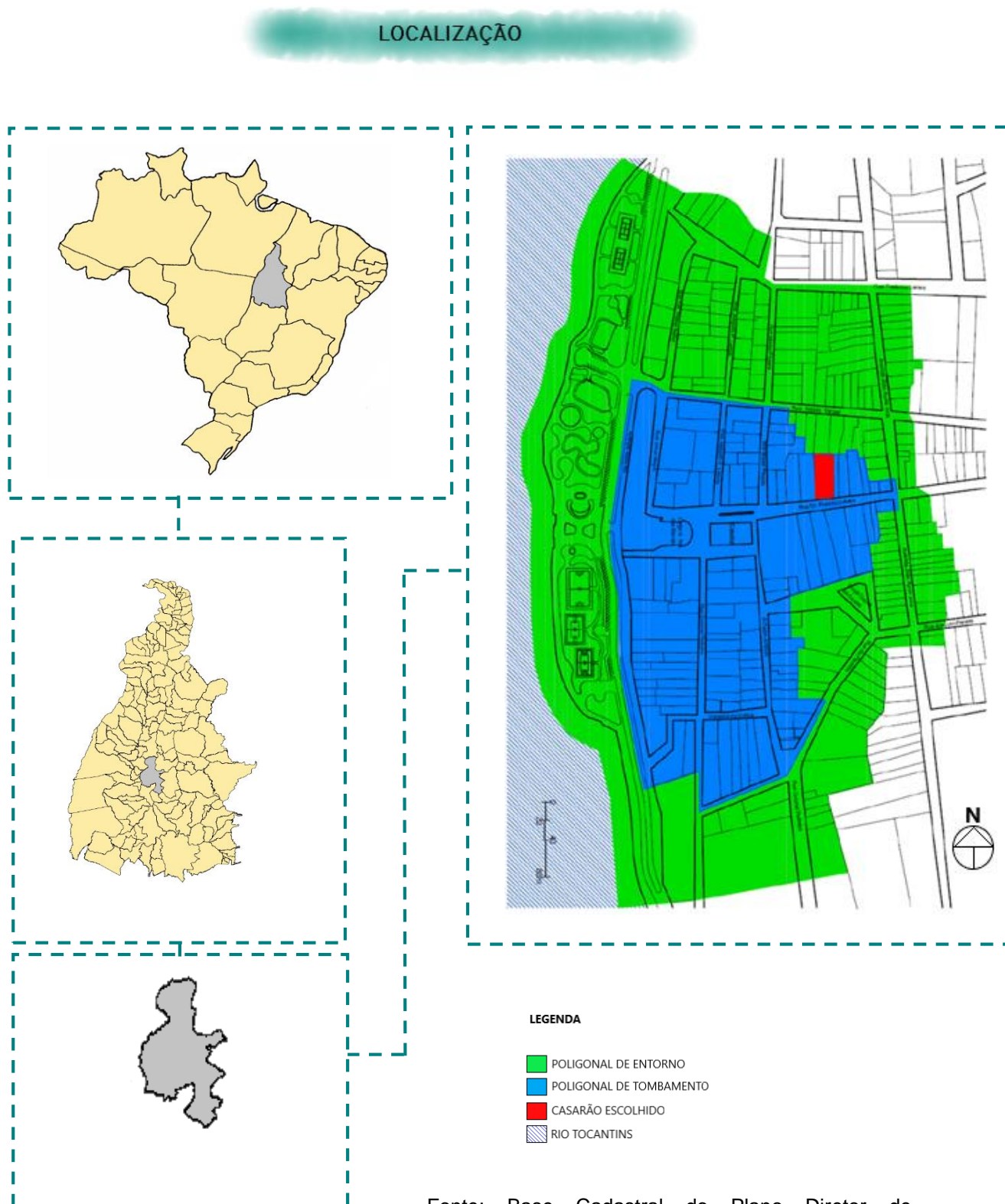


Fonte: Prefeitura de Porto Nacional, 2019. <  
<http://www.portonacional.to.gov.br/index.php/secs/sec-de-comunicacao> >

Para a escolha da casa, foram levados em conta o fácil acesso, a localização próxima ao centro e o espaço no terreno para a uma nova construção. A casa escolhida situa-se na rua Francisco Ayres da Silva, número 333, Centro Histórico de Porto Nacional, próximo a catedral Nossa Senhora das Mercês. Trata-se de uma casa tombada que necessita de restauração.



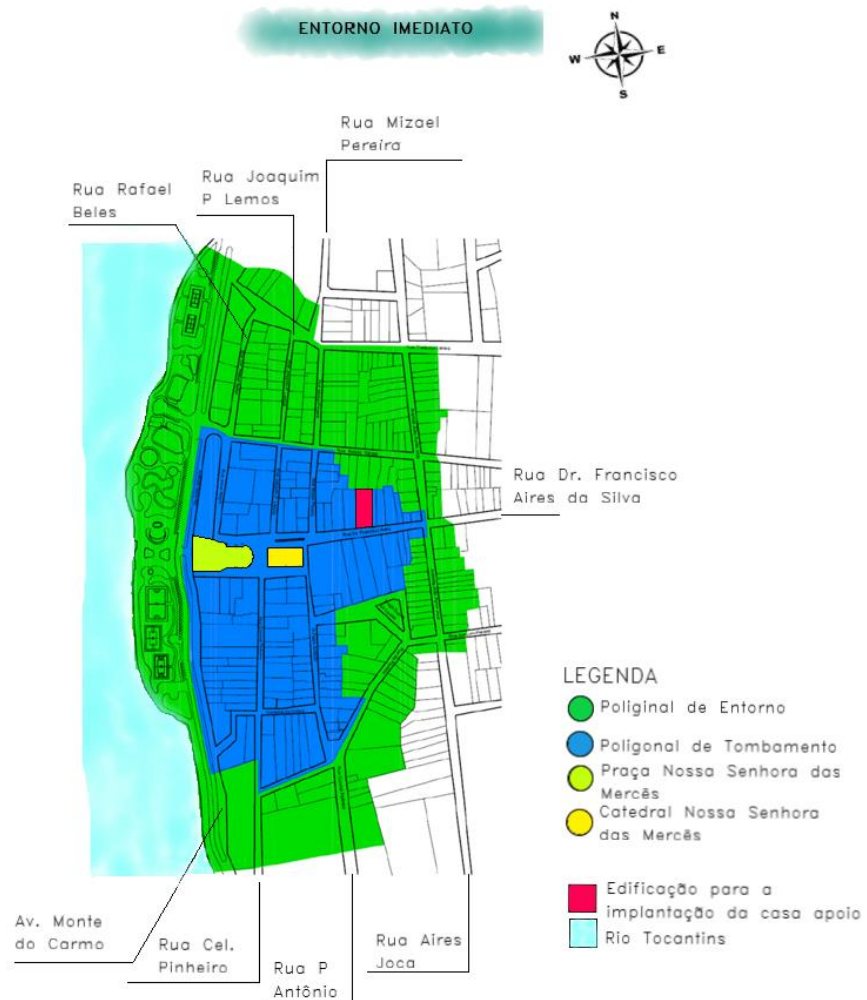
Figura 63 - Localização de Porto Nacional



Fonte: Base Cadastral do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional – TO, 2019. Editado pela autora.

## 5.3.3. Entorno imediato

Figura 64 - Entorno Imediato



Fonte: Autora, 2019.

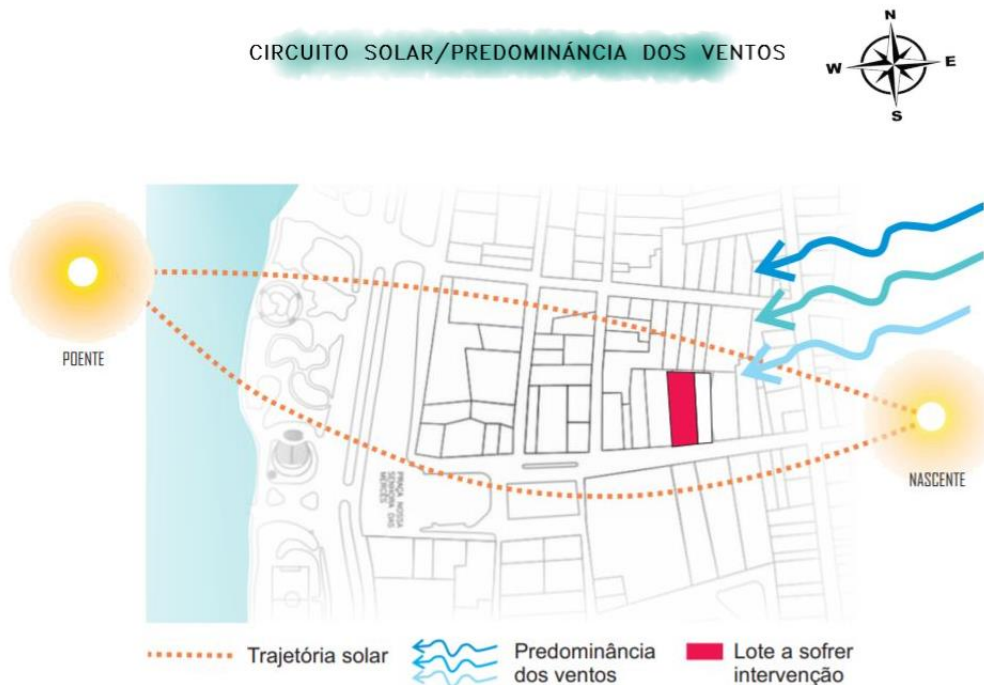
Figura 65 - Entorno Imediato



Fonte: Autora, 2019.

### 5.3.4. Características Ambientais

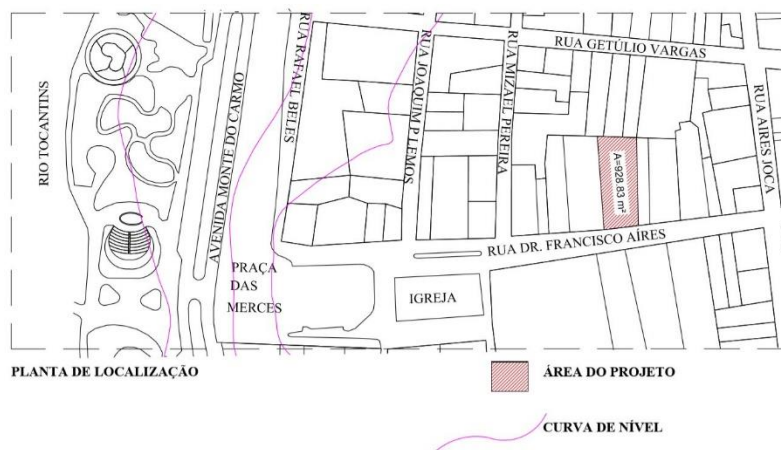
Figura 66 - Circuito Solar



Fonte: Autora, 2019.

De acordo com a figura 59, os ventos predominantes têm o sentido Leste-Oeste, onde se têm a possibilidade de projetar na edificação nova, aberturas de janelas e portas na fachada leste, que contribuam com a passagem dos ventos dentro da edificação.

Figura 67 - Planta de localização com curvas de níveis.



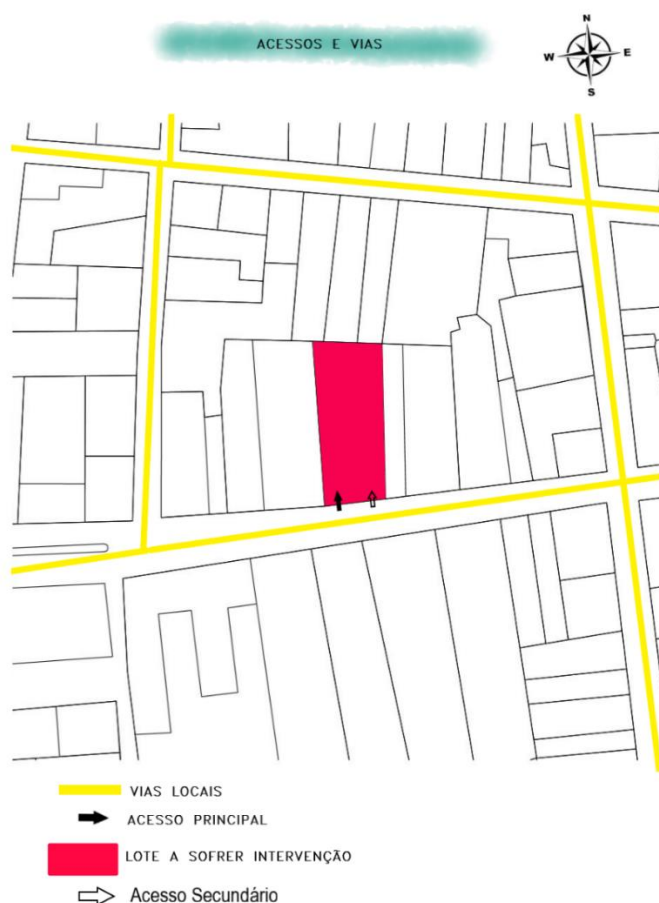
Fonte: Autora, 2019.

Como mostra na figura 67, A área do anteprojeto não sofre interferência de curvas de níveis, fazendo assim com que o sítio seja adequado para a implantação de uma nova edificação.

### 5.3.5. Acessos

A edificação possui apenas dois acessos, o principal, onde será implantada a recepção e o hall de entrada no anteprojeto. E o acesso da área lateral, que atualmente funciona como garagem, mas na proposta funcionará como área de convivência, onde as mulheres poderão permanecer no local. E uma ou duas vezes por semana, será aberto para o público com o intuito de vender os artesanatos produzidos por elas no ateliê.

Figura 68 - Acessos



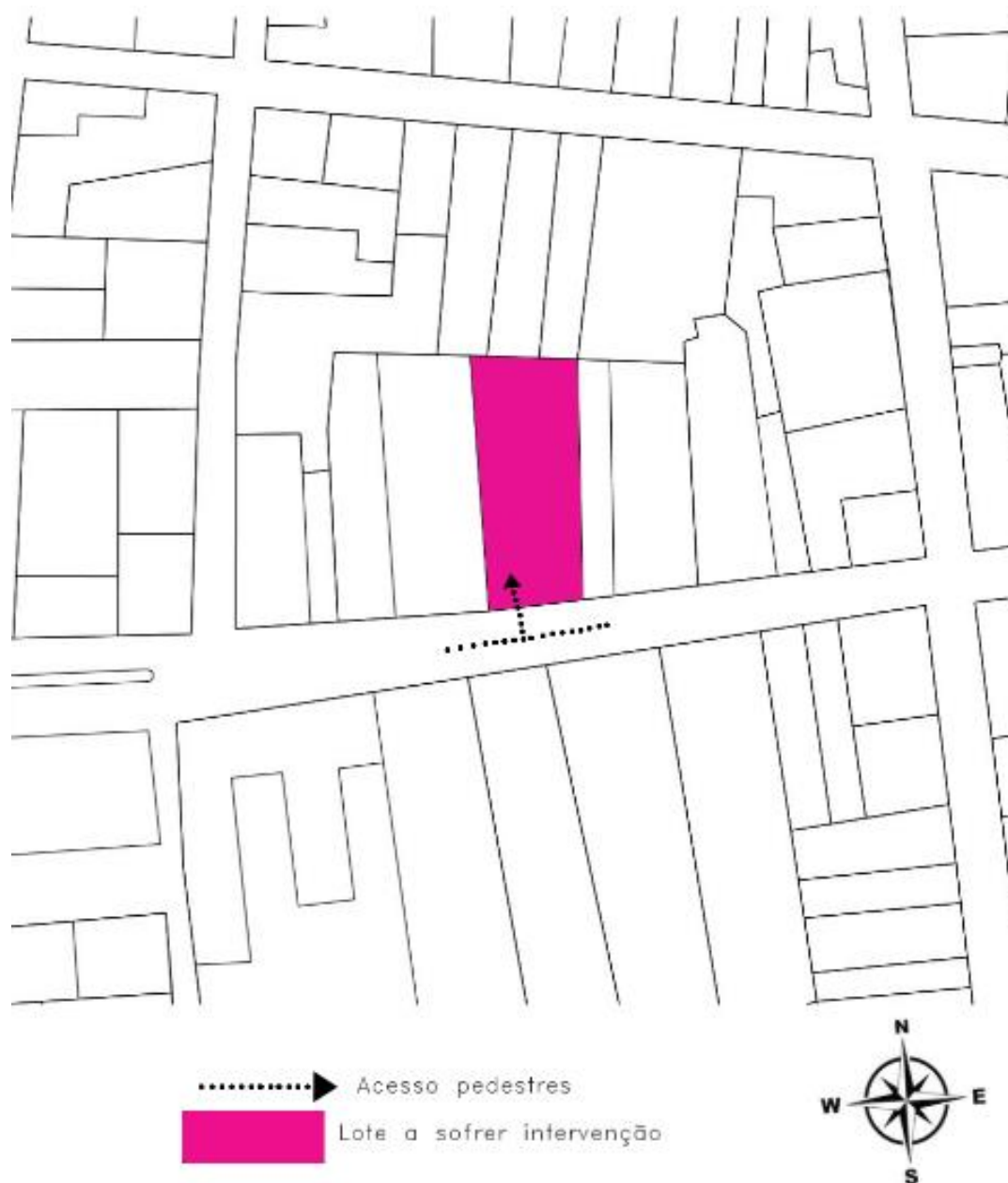
Fonte: Autora, 2019.



### 5.3.6. Mobilidade

Com relação a mobilidade, a área em estudo não possui linhas de transporte público, sendo assim os deslocamentos nessa região são feitos a pé ou com veículo particular. No que diz respeito ao acesso a casa abrigo, por motivos de não haver estacionamento e ser um lote pequeno, o único tipo de acesso é o de pedestre.

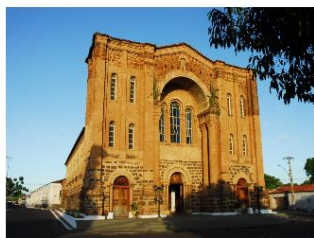
Figura 69 -Mobilidade



Fonte: Autora, 2019.

### 5.3.7. Edificações de valor histórico

Figura 70 - Edificações de Valor Histórico



Catedral Nossa Senhora das Mercês



Museu Histórico Cultural



Seminário São José

Fonte: Feitosa, 2014. Editado pela autora.

## 5.3.8. Uso do solo

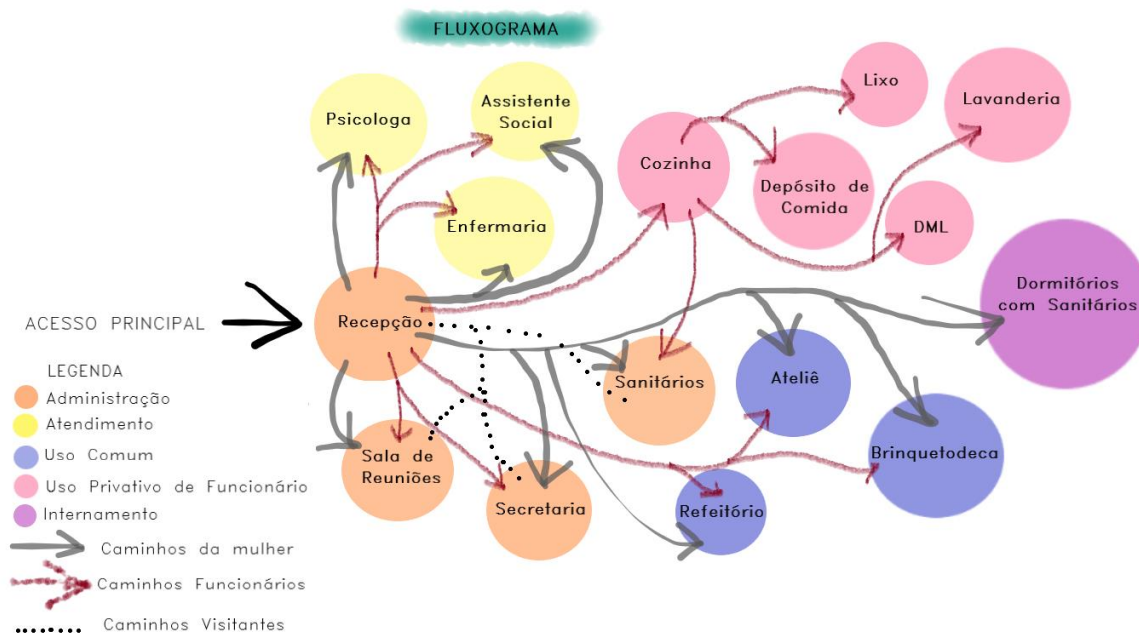
Figura 71 - Uso do Solo



Fonte: Plano Diretor de Porto Nacional, 2013. Editado pela autora.

## 5.4. Fluxograma

Figura 72 - Fluxograma



Fonte: Autora, 2019.

## 5.5. Diretrizes de projeto

Figura 73 - Diretrizes de projeto



Fonte: Autora, 2019.

## **5.6. Partido arquitetônico**

É necessário que haja segurança para a proposta de anteprojeto em questão, porém a intenção é não parecer um confinamento, mas sim um lar, por razão disso o anteprojeto possui setores independentes, onde se interligam pela paginação de piso constituída de blocos intertravados.

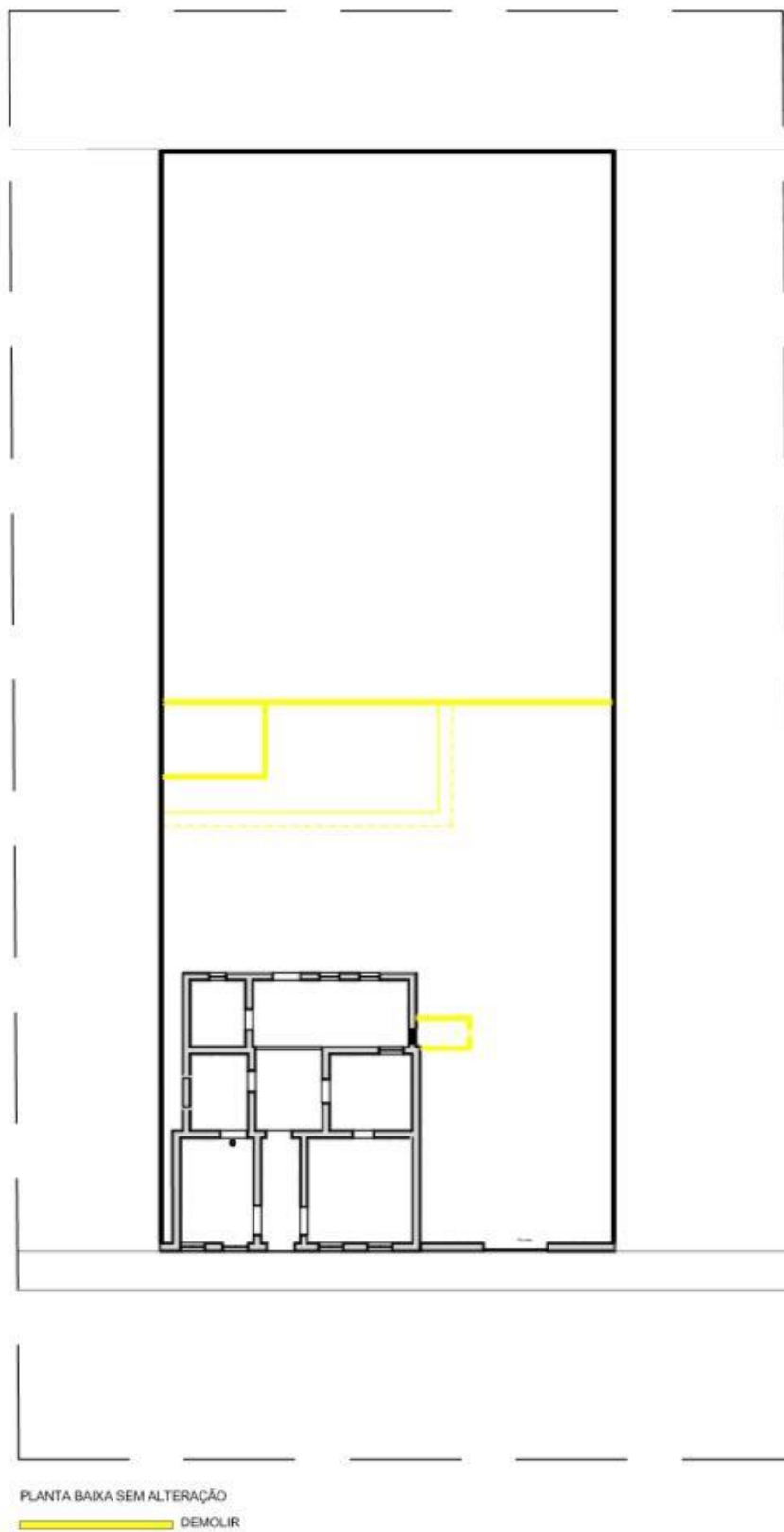
Além da residência que já existe no local, foi acrescentado no anteprojeto três novos blocos. Na residência existente foi implantada o setor de administração, que é onde se tem recepção, secretaria e sala de reuniões, foi implantado também o setor de atendimento, onde se integra todos os serviços de atendimento de terapia a mulheres e crianças.

O primeiro bloco adicionado, foi implantado para a complementação do setor de administração, onde se localiza os sanitários. O segundo bloco foi adicionado para inserir o setor de Uso privativo dos funcionários e uso comum, onde está localizado o refeitório, cozinha, depósitos, ateliê, brinquedoteca e lavanderia. E o terceiro bloco acrescentado, foi inserido o setor de dormitórios, que é onde será alojada às mulheres que precisam sair de casa, para ser evitado mais agressões, ou por motivo de estarem sendo ameaçadas de morte. A cobertura da nova edificação é composta por telha acústica (inclinação de 5%).

### **5.6.1. Implantação**

Na figura 74, mostra a planta baixa da edificação existente, com a apresentação da área a ser demolida, por ser uma estrutura em alvenaria construída após o tombamento, para implantação do anteprojeto.

Figura 74 - Planta baixa



Fonte: Autora, 2019.



Mediante a lei complementar nº 06/2006, os recuos mínimos para a área de intervenção escolhidas são de 1,50m nas divisas laterais e dos fundos quando houver abertura para a iluminação ou ventilação de cômodos destinados a curta permanência. E 3,00m das divisas laterais dos fundos, quando houver abertura para ventilação ou iluminação de cômodos destinados a longa permanência.

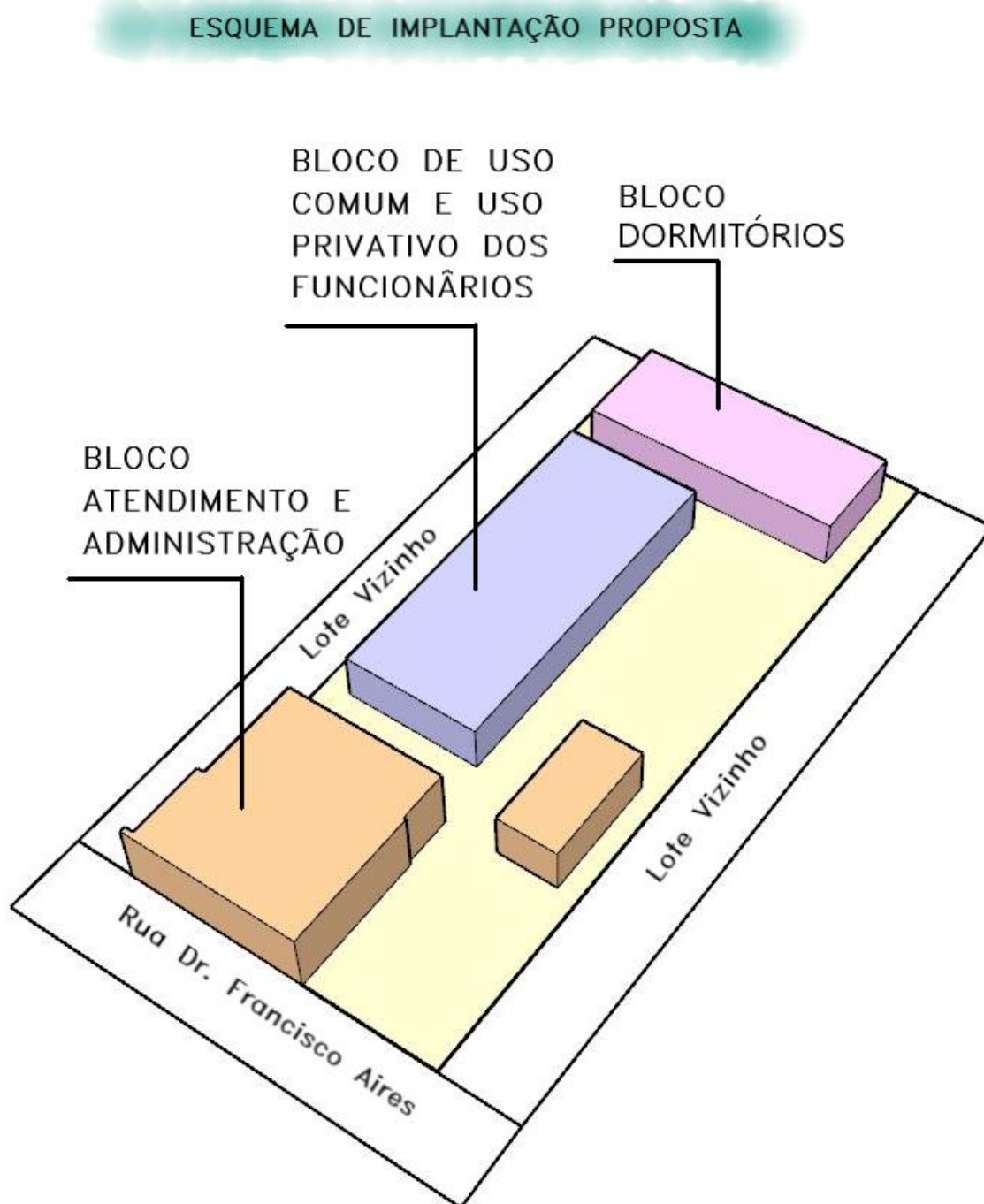
Quadro 01 – Uso do solo

Uso do Solo do Lote Escolhido			
Afastamentos	Frente	Fundo	Lateral
	N.A.	1,50m/3,00m*	1,50m/3,00m *
Taxa de Ocupação	Área Total	Ocupação Permitida	Área Construída
50%	928,83m <sup>2</sup>	464,41	388,03 m <sup>2</sup>
Índice de Aproveitamento	Área Total	Nº de Pavimentos Permitidos	Nº de Pavimentos Adotados
1	928,83m <sup>2</sup>	1	1

\* 1,50m Quando houver abertura – curta permanência.  
 3,00m Quando houver abertura – longa permanência.  
 N.A. - Não se Aplica

Para a implantação do anteprojeto da casa abrigo, foram adicionados três novos blocos, o menor bloco foi acrescentado para complementar os setores de atendimento e administração, sendo localizado na parte frontal do terreno para facilitar o acesso das mulheres e visitantes, principalmente os que visitam o local pela primeira vez. Acrescentou-se também outro bloco para a implantação do uso comum e uso privativo dos funcionários. E na parte posterior do terreno, com o intuito de ser reservado, foi inserido um terceiro bloco para a implantação dos dormitórios.

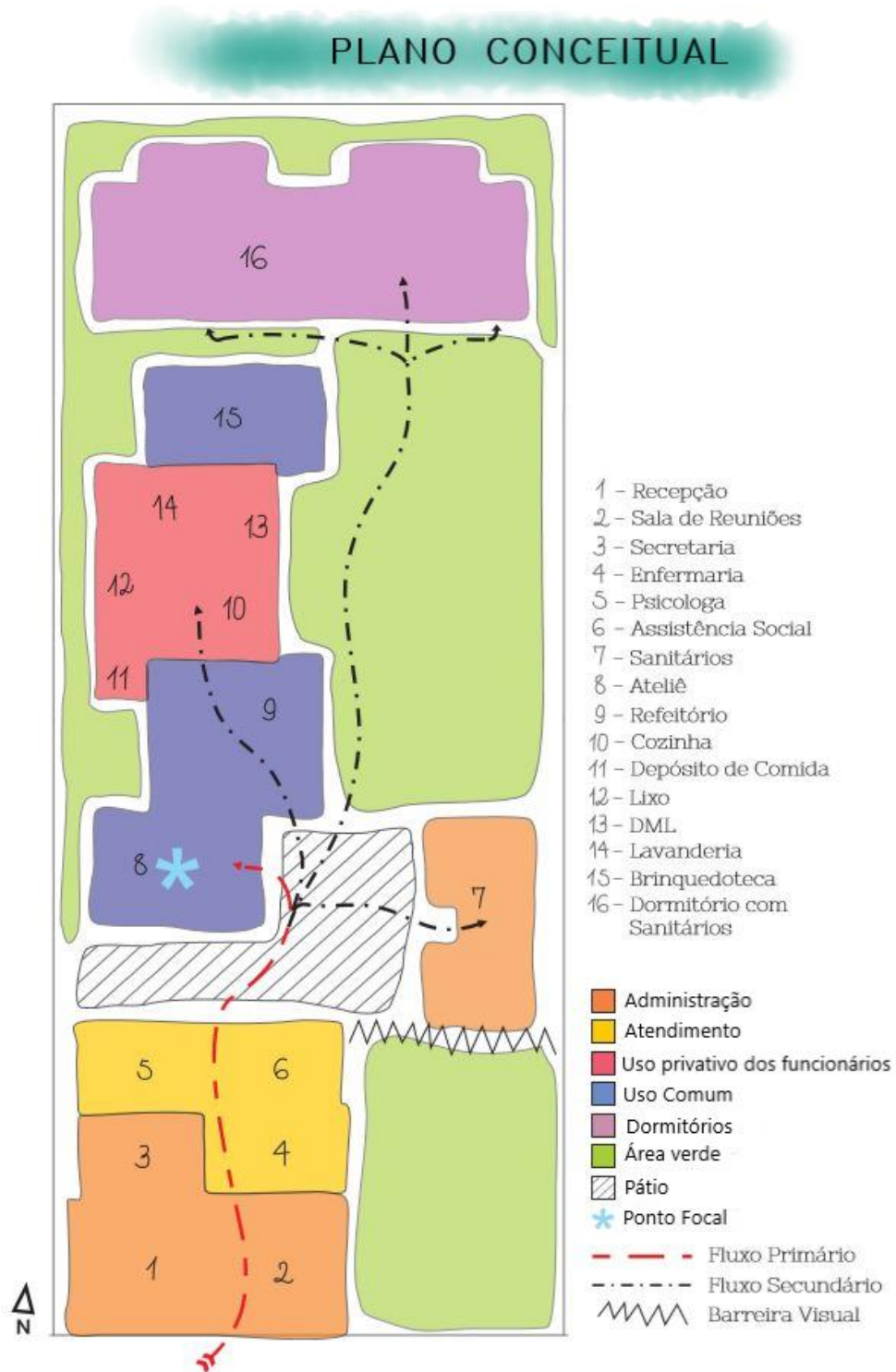
Figura 75 - Esquema de Implantação.



Fonte: Autora, 2019.

## 5.6.2. Plano Conceitual

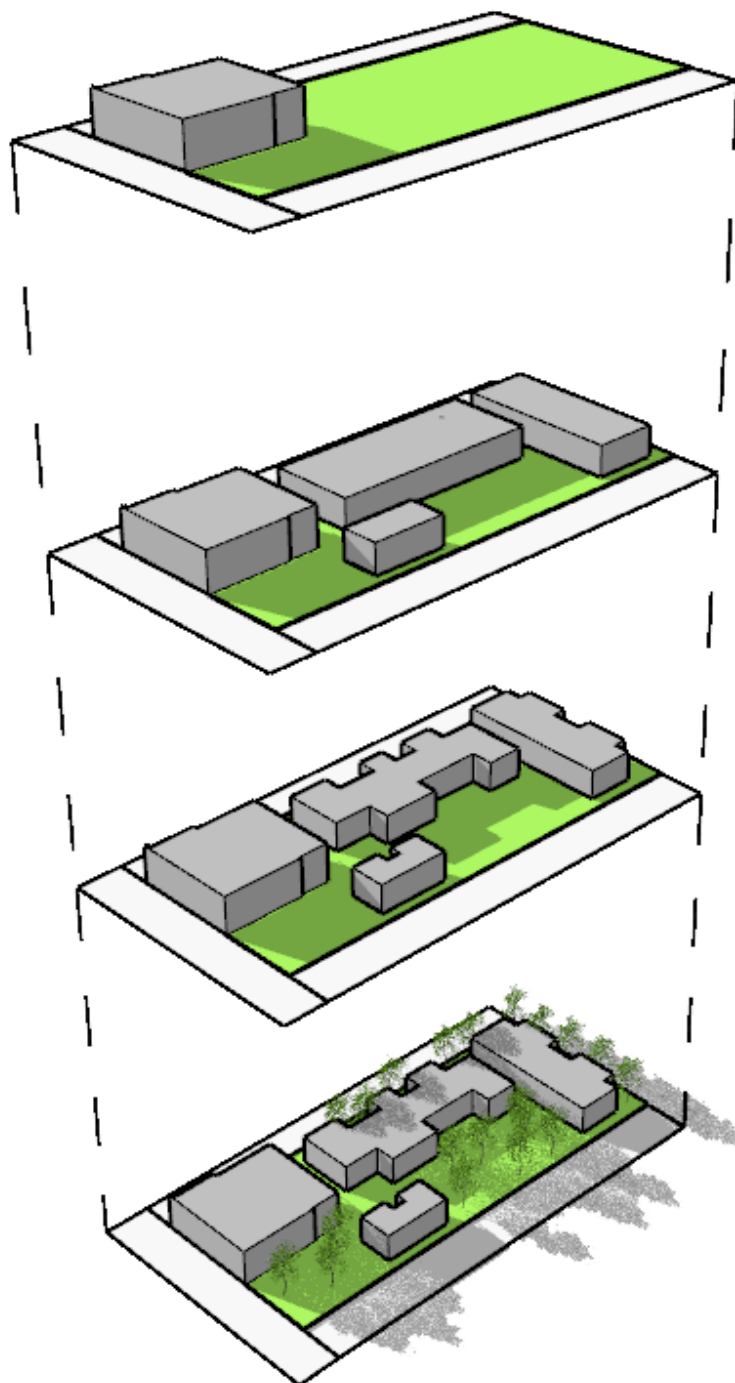
Figura 76 - Plano conceitual



Fonte: Autora, 2019.

### 5.6.3. Forma

Figura 77 -Forma










Fonte: Autora, 2019.

## 5.6.4. Paisagismo

Tabela 2 - Paisagismo

Tipo	Nome comum	Nome científico	Altura(m)	Legenda
Árvore	Angico Branco	Anadenanthera colubrin	13	
Árvore	Ipê Amarelo	Tabebuia chrysotricha	8	
Árvore	Cajueiro	Anacardium occidentale	5 a 12	
Árvore	Pequi	Caryocar brasiliense	12	
Árvore	Oiti	Licania tomentosa	6 a 9	
Árvore	Carambola	Averrhoa carambola	8	
Folhagem	Begônia-cruz-de-ferro	Begonia masoniana	0,20-0,30	
Folhagem	Ipoméia-rubra	Ipomoea horsfalliae	3,5-4,5	
Folhagem	Costela-de-adão	Monstera deliciosa	0,80-1,00	
Folhagem	Festuca-azul	Festuca glauca	0,15-0,25	
Flores	Cravo	Dianthus caryophyllus	0,40-0,60	
Flores	Margaridinha	Chrysanthemum frutescens	0,30-0,80	
Flores	Ixora	Ixora coccinea	0,90-1,20	

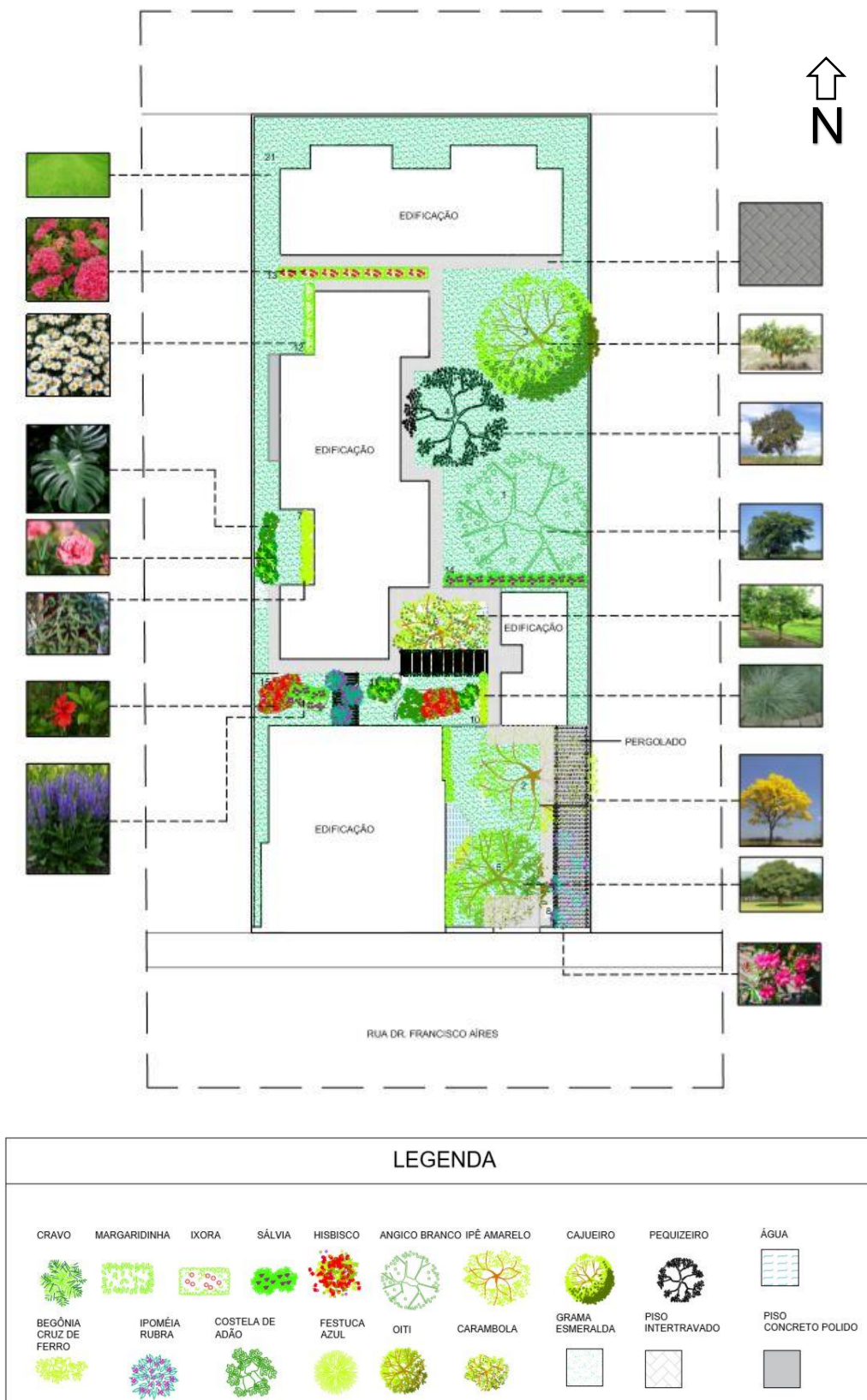
Flores	Sálvia	Salvia splendens	0,30-0,80	
Flores	Hibisco	Hibiscus rosa-sinensis	3-5	
Aromática	Calêndula	Calendula officinalis	0,30-0,50	
Aromática	Camomila	Matricaria Recutita	0,30-0,50	
Aromática	Hortelã	Mentha spp.	0,15-1,00	
Aromática	Erva-cidreira	Melissa officinalis	0,20-0,80	
Aromática	Manjeriço	Ocimum basilicum	0,60	

Fonte: Autora, 2019.

A vegetação do anteprojeto permite proporcionar uma relação positiva das pessoas que frequentam a casa abrigo, com a edificação. A imagem a seguir demonstra a planta de paisagismo e esquema geral proposto para lote da intervenção.



Figura 78 - Planta de paisagismo



Fonte: Autora, 2019.

A figura 79, demonstra algumas imagens de espécies sugeridas para a implantação do paisagismo.

Figura 79 - Espécies sugeridas



Ipê Amarelo (*Tabebuia chrysothicha*)



Calêndula (*Calendula officinalis*)



Carambola (*Averrhoa carambola*)



Costela-de-adão (*Monstera deliciosa*)



Erva-cidreira (*Melissa officinalis*)



Begônia-cruz-de-ferro (*Begonia masoniana*)





Ixora (*Ixora coccínea*)



Margaridinha (*Chrysanthemum frutescens*)



Pequi (*Caryocar brasiliense*)



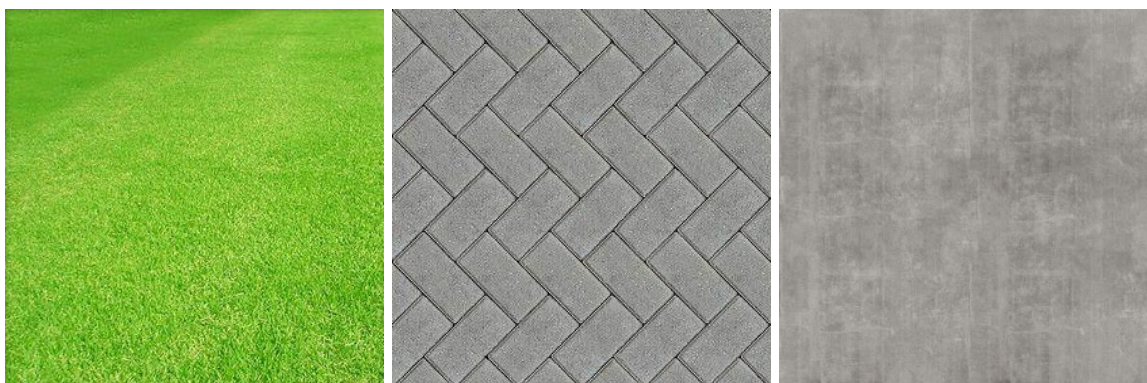
Cajueiro (*Anacardium occidentale*)

Fonte: Google Imagens, 2019.

### 5.6.5. Materiais utilizados

O paisagismo será tratado de forma a integrar o interior do edifício com o exterior, desta forma conduzindo ao edifício a presença da paisagem. Para a área externa será proposta grama esmeralda 100% permeável, e as caçadas em blocos intertravados. A madeira também será utilizada na proposta, como por exemplo nas cercas implantadas para servir como divisórias dos ambientes. Para a área interna da nova edificação será proposto piso cimentado, paredes em tijolos de barro e portas e janelas de vidro.

Figura 80 – Materiais Utilizados



Grama esmeralda

Piso de bloco intertravado

Piso cimentado



Tijolo de barro

Madeira

Fonte: Google Imagens, 2019.



### 5.6.6. Perspectivas

Figura 81 - Fachada



Figura 82 - Fonte



Figura 83 – Área da feira



Figura 84 – Atelier





## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um assunto que precisa ser debatido e tratado com urgência, pois como já dito no trabalho e comprovado com dados, o número de casos de violência tendo a mulher como vítima é assustador, e crescente, mesmo diante de conquistas como a Lei Maria da Penha, o atendimento às vítimas pelo número 180 e as delegacias da mulher.

Tais ferramentas expandiram o atendimento aos casos e, também, respaldam a punição dos agressores, no entanto, percebe-se uma dificuldade nas vítimas em se desvencilhar do agressor, sendo geralmente nesse período, onde a vítima retorna para casa ou, simplesmente retira a queixa, em que ocorrem os homicídios. Por isso a necessidade de amparo psicológico e proteção a integridade física das vítimas por meio de um ambiente seguro e que incentive o rompimento do ciclo de abuso.

Se tratando do ambiente escolhido para implantação da casa abrigo – uma residência tombada pelo IPHAN, não houve a intenção no presente trabalho, de abordar detalhes minuciosos sobre o restauro da edificação existente, mas demonstrar a importância de se preservar a identidade do patrimônio histórico e cultural, mediante a inserção de novos elementos visando a revitalização do mesmo.

Sendo assim, a proposta de anteprojeto visa a incorporação de diversas funções em um mesmo local, de modo que, ao mesmo passo em que gera proteção à vítima, a casa abrigo se torna um ponto de visibilidade a causa, tanto por sua localização na cidade quanto por sua utilidade como equipamento público de caráter interno e externo, ou seja, nas atividades direcionadas às mulheres abrigadas e por meio de suas ações voltadas a comunidade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRÊTO, Lilah. Violência de Gênero e Lei Maria da Penha: atuação da vara especial de violência doméstica e familiar contra a mulher da comarca de São Luís - MA na aplicação das medidas protetivas de urgência. 2017. Dissertação (Mestre em Direito) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

BECHLER, Rosiane Ribeiro; PEREIRA, Júnia Sales. **Ouro Preto de Todos os Tempos: Sentidos e Efeitos do Patrimônio na Condição histórica da Cidade.** Revista História Hoje, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRAGA, Paula Marques; JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos Santos. **Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: Políticas Públicas e Participação Social.** Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i10p23-34>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRAGA, Paula Marques. **Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Salvador: patrimônio cultural, turismo e participação social.** 2008. Dissertação (Mestre) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC - Campinas, 2008.

CARVALHO, Quitéria. **Mulheres Vítimas de Violência Sob Proteção do Estado: uma aproximação Hermenêutica.** 2010. Tese (Doutora em Enfermagem) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

CHAVES, César. **Educação Patrimonial no Bairro do Desterro.** 2012. Dissertação (Mestre) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CHUVA, Márcia. O Modernismo nas Restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. Revista IEB, São Paulo, n. 55, p. 89-107, 2012.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (Brasília/DF). **Mapa da Violência Contra a Mulher.** Brasília/DF: [s. n.], 2018. Cartilha.

CRUZ, André. A Violência de Gênero, o Ministério Público e a Aplicação da Lei Maria da Penha: uma análise na cidade de São Luís/MA. 2014. Dissertação (Mestre em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

CURADORIA DE MATHEUS PEREIRA. **Cinema da Praça / Arquipélago Arquitetos.** [S. l.], 7 abr. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/914543/cinema-da-praca-arquipelago-arquitetos>. Acesso em: 17 maio 2019.

DIANA, Daniela. **Patrimônio Histórico.** [S. l.], 10 dez. 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/patrimonio-historico/>. Acesso em: 6 jun. 2019.  
ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas,** Atenas: 1931.

FEITOSA, Thalita. **Geografia, Cartografia e Turismo: a elaboração de um mapa turístico para o Centro Histórico de Porto Nacional - TO**. 2014. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade de Federal do Tocantins – UFT, Porto Nacional, 2014.

FILHO , Ezequiel. **Lúcio Costa em Ouro Preto: a invenção de uma "Cidade Barroca"**. 2013. 159 p. Dissertação (Mestre) - Universidade de Coimbra, Portugal, 2013.

FREITAS, Ana Luiza. **Violência Interpessoal Sofrida e Perpetrada por Mulheres em MetrÓpole Brasileira**. 2018. Dissertação (Mestre em Saúde Coletiva - MSC) - Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Fortaleza, 2018.

HEMOWORLDDDESIGN. **Flora House by Sanz & Gradolí Architects**. [S. l.], 11 dez. 2017. Disponível em: <http://homeworldddesign.com/flora-house-sanz-gradoli-architects/>. Acesso em: 17 maio 2019.

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Carta de Antenas. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Antenas%201931.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Carta de Machu Picchu. 1977. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Carta do Restauo. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Carta de Veneza. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Recomendações Paris. 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando Relíquias: Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 - 1937)**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MENDONÇA, Renata. **Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para denunciar**. BBC Brasil, São Paulo. Publicado em 10 de dezembro

de 2015. Disponível em: <  
[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209\\_obstaculos\\_violenca\\_mulher\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violenca_mulher_rm)>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

MENEGUELLO, Cristina. O Coração da Cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. **Revista Eletrônica do IPHAN**, [S. l.], 2005. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/coracao\\_da\\_cidade.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/coracao_da_cidade.pdf.pdf). Acesso em: 28 fev. 2019.

MIGUELEZ, Marcos. **Revitalização de Casarão do séc. XVIII**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/799325/revitalizacao-de-casarao-do-sec-xviii-marcos-migueliez>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MORATORI, Daniel. **A Reconstrução e Sua Evolução no Meio Patrimonial: Das Ruínas ao Museu de Varsóvia**. 2017. Dissertação (Mestre em Ambiente Construído) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Belo Horizonte, 2017.

MOREIRA, Gracyelle. **Análise da Atenção em Saúde às Mulheres em Situação de Violência Sexual em Fortaleza, CE**. 2016. Tese (Doutora) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto – uma história de conceitos e critérios. **Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 22, p. 108-122, 1987.

NATAL, Caion. **Ouro Preto a Construção de uma Cidade Histórica, 1891-1933**. 2007. Dissertação (Mestre) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Larissa. **Gestão de Conflitos Envolvendo Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar por meio da Justiça Restaurativa**. 2018. Dissertação (Mestre em Direito e Gestão de Conflitos - MPDIR) - Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Fortaleza, 2017.

PADUA, Carolina. **Arquitetura Moderna: Um estudo sobre patrimônio e preservação**. 2013. Dissertação (Mestre em arquitetura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PENNA, Gustavo. **Museu de Sant'Ana**. [S. l.]: GPA&A, 2014. Disponível em: <https://www.gustavopenna.com.br/museudesantana>. Acesso em: 13 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha: lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

PORTO, Marconio. **Processo do Patrimônio no Tocantins**. 2011. 219 p. Dissertação (Mestre) - Universidade de Brasília/Minter, Palmas, 2011.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN**. In:

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6.

SALLES, Penélope. **A Desumanização em o Remorso de Baltazar Serapião: uma análise da violência dos homens contra mulheres**. 2018. Dissertação (Mestre em Letras Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAMBIASI, Soledad. **Museu do Pão/ Brasil Arquitetura**. [S. l.], 29 nov. 2011. Disponível em: [https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad\\_medium=widget&ad\\_name=more-from-office-article-show](https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura?ad_medium=widget&ad_name=more-from-office-article-show). Acesso em: 17 junho 2019.

SANTOS, Antonio. **Centro Histórico de Porto Nacional, TO: Um lugar Tombado**. 2019. Dissertação (Mestre em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

SANTOS, Sergiana Vieira dos; MORAES, Flávio Augusto de Aguiar. O patrimônio e a construção do pertencimento: um estudo de caso acerca da igreja e convento de Nossa Senhora dos Anjos em Penedo- AL (2012 - 2014). **Revista Magistro**, [s. l.], ano 2015, v. 2, ed. 12, p. 25-32, 2015.

SAPORETTI, Martins. **A Gestão de Renato Soeiro na direção da DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)**. 2017. Dissertação (Pós Graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2017.

SILVA, Cíntia. **Revista do Patrimônio: editor, autores e temas**. 2010. Dissertação (Mestre em arquitetura) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

SOUTO, Cláudia Maria Ramos Medeiros. **Violência Conjugal sob o Olhar de Gênero**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

THOMPSON, Analucia. Entrevista com Judith Martins. **Série Memória do Patrimônio**, Rio de Janeiro. IPHAN, 2010.

VELOSO, Aparecida. Atuação do Poder Judiciário Maranhense na Apreciação dos Casos de Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra a Mulher Idosa na Comarca de São Luís do Maranhão. 2016. Dissertação (Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

ZANIRATO, Sílvia Helena. A Restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Potencialidades, Limites e Dilemas da Conservação de Áreas

Degradadas, História, Cultura e Cidade. História Actual Online, Maringá, 2007. Disponível em: <https://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/view/215>. Acesso em: 31 mar. 2019.

ZARDO, Pedagogia. **Violência Contra a Mulher: Uma Questão de Gênero**. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://pedagogiazardo.blogspot.com/2015/11/violencias-contra-mulher-uma-questao-de.html>. Acesso em: 15 maio 2019.



## ANEXOS



**Serviço Público Federal Ministério da Cidadania**  
**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO**  
**NACIONAL INFORMAÇÃO BÁSICA N.º 369/2019**

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO D BEM			
<b>Nome Interessado:</b> Maria Carolina de Oliveira Silva		<b>Identificação do Bem:</b> Imóvel à rua Dr. Francisco Aires, nº333, Centro, Porto Nacional - TO.	
<b>Endereço (logradouro, nº, complemento):</b> Rua Dr. Francisco Aires, nº 333, Centro, Porto Nacional-TO.		<b>Procedência:</b>	
		X	Solicitação requerente
<b>Telefone:</b> (63) 99213- 2257	<b>Município/UF:</b> Porto Nacional/TO		Regularização
<b>Quadra nº:</b> -	<b>Setor:</b> Área Tombada	<b>Código Identificador do Bem:</b>	Solicitação Prefeitura Municipal
<b>Características da Área:</b> <p>O imóvel em análise está inserido no Núcleo Histórico de Porto Nacional tombado em conjunto em nível federal, ou seja, trata-se de um Bem Cultural Nacional (Processo Iphan 1.5553-T-2008, Livro de Tombo Histórico, Vol. III, Inscrição nº 598, Fls. 16 a 19, data 17/11/2011).</p> <p>Conforme o Estudo de rerratificação do tombamento do Conjunto Urbanístico e Paisagístico do Município de Porto Nacional (Processo nº 01450.005680/2008-88 – Homologação DOU de 15 de outubro de 2012, Seção 3), o imóvel está inserido na Poligonal de Tombamento do núcleo histórico da cidade.</p> <p>Observa-se a predominância de tipologias arquitetônicas do período colonial na área em que se localiza: edificações alinhadas à rua, com um recuo lateral, de gabarito térreo, telhado com beiral em duas águas, e cumeeira paralela à rua. A ambiência da escala e da paisagem urbana do sítio histórico mantêm-se preservada.</p> <p>O imóvel em questão se caracteriza por um exemplar íntegro, construído em meados do século XIX, utilizando-se adobe, telha cerâmica e madeira em sua estrutura de coberta e esquadrias. Encontra-se bem preservado em sua volumetria e aspectos formais.</p>			
<b>MARCO LEGAL</b>			
<b>Constituição Federal de 1988:</b> <p>Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:</p> <p>Parágrafo IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às</p>			

manifestações artístico-culturais;

Parágrafo V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**Decreto Lei nº25, de 30 de novembro de 1937:**

“Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto”.

**Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010:**

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

**CRITÉRIOS PARA INTERVENÇÃO NA ÁREA**

Considera-se que o Núcleo Original deve ser preservado nas suas características morfológicas e de ambiente construído e imagem urbana, mas deve estar simultaneamente sujeito a um processo de requalificação social, arquitetônica e econômica.

Edificações de interesse histórico protegidas por tombamento devem ser preservadas. Serão admitidas adaptações das edificações históricas ao uso cotidiano, desde que não impliquem em descaracterizações dos edifícios, sobretudo externas, considerando o tombamento do conjunto. Nesse sentido, as intervenções propostas devem estar em conformidade com os critérios a seguir:

1. Preservação das cobertas originais, e a adequação daquelas cujas tipologias tradicionais foram alteradas;
2. Preservação e restauração da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas dos imóveis, mantendo suas proporções de altura e largura e ritmo de composição tradicional;
3. Preservação e restauração das características estilísticas e ornamentais dos imóveis;
4. Preservação e restauração dos revestimentos tradicionais de paredes, esquadrias e coberta, à exemplo da pintura à base de cal com cores compatíveis e telhas cerâmicas;
5. Preservação da imagem tradicional do imóvel, removendo-se elementos que ocultem suas fachadas, como falsas fachadas, toldos fixos, marquises ou engenhos publicitários que fujam do padrão estabelecido para núcleos históricos;
6. Remoção de qualquer elemento ou equipamento de instalação pública e predial, provisórios ou permanentes, das cobertas dos imóveis e de suas fachadas visíveis das ruas próximas;
7. Preservação da distribuição interna das paredes portantes, de forma a não alterar a estabilidade da estrutura, ressalvado o disposto no item 9 abaixo;

Preservação de elementos estruturais originais, ressalvado o item 9 abaixo.

9. A reparação ou adaptação da distribuição espacial interna e da coberta dos imóveis só serão permitidas quando estritamente necessárias à melhoria das condições de estabilidade, salubridade, habitabilidade, ventilação e insolação dos mesmos;
10. As adaptações que visem à modernização e à atualização da edificação em questão deverão

se pautar na não interferência na visibilidade e no aspecto formal da edificação, assim como não deverá promover qualquer supressão ou dano aos elementos decorativos, aplicado ou integrado, assim como aos elementos e técnicas construtivas originais.

Para inserção de novas construções no lote, a proposta deverá se pautar na extrema necessidade para a revitalização da edificação antiga, devendo assegurar o amplo direito de visibilidade contido no Art. 18. do Decreto-Lei Nº 25/1937, e atender as seguintes diretrizes:

1. Deverá guardar distância mínima de 2 (dois) metros da edificação histórica;
2. Seu gabarito de altura deverá ser menor ou igual à altura da edificação protegida, não podendo ultrapassar 6 (seis) metros, comportando apenas um pavimento térreo;
3. A taxa de ocupação total corresponderá à relação entre a área do terreno ao somatório da área coberta da edificação original com a área coberta da nova construção, e deverá ser menor ou igual a 50%;
4. Os novos materiais empregados, bem como as cores e texturas de suas superfícies, não poderão conflitar com as características dos materiais construtivos empregados na edificação protegida, devendo harmonizar-se com esta e com o conjunto onde encontra-se inserida a nova construção;
5. A solução plástica formal da nova edificação deverá evitar o mimetismo ou falso histórico.

Para novas edificações a serem inseridas no lote, o resultado volumétrico final não poderá comprometer a ambiência do conjunto histórico tombado, devendo estar de acordo com as diretrizes aqui apontadas.

Este é o parecer

**Gabriela Pontes Monteiro**  
Técnica/Arquiteta e Urbanista  
Mat. Siape: 1807436

ASSINATURAS DO PARECERISTA E DO CHEFE IMEDIATO



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Pontes Monteiro, Arquiteta**, em 04/10/2019, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cejane Pacini Leal Muniz, Chefe da Divisão Técnica do IPHAN-TO**, em 07/10/2019, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1513288** e o código CRC **BDF**

